

Sumário

Número de notícias: 26 | Número de veículos: 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PF mira esquema de "títulos podres" 3

JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Prazo para entrar no 1º lote termina domingo 4

O GLOBO - RJ - RIO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

PF faz operação contra tráfico internacional de drogas no porto 5

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Companhias refazem contas sem incentivo fiscal 6

O GLOBO - RJ - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Alcolumbre pediu a Lula blindagem de apurações antes de rejeitar Messias 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

Governo quer aprovação rápida em projeto que flexibiliza LRF 10

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Desenrola Brasil 2.0: calculadora mostra quanto você economiza no cartão de crédito
parcelado 12

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SERVIDOR PÚBLICO

O ecossistema da corrupção (Editorial) 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

Juros pelo núcleo de inflação? - CELSO MING 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

PF pede a Mendonça que Vorcaro retorne a presídio 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ministra vota por manutenção de regras 18

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Zona Franca de Manaus atrai mais negócios 19

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Ministra Carmen Lúcia vota por manutenção de regras 20

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Setor aéreo reajustou passagens 9 vezes desde início da guerra, diz Azul 22

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Lula e Trump têm reunião "sem tabus" e disposição para parcerias	24
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Governo Lula testa clima no Congresso para revogação de "taxa das blusinhas"	26
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Produção deve elevar receita da Petrobras, dizem analistas	28
VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Guerra e juros prejudicam BrasilAgro	29
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS Condomínio precisa autorizar aluguel por curta temporada	30
VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS STJ valida "Teimosinha" nas execuções fiscais	32
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA Número de endividados bate 4o recorde seguido, diz CNC	34
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA Indústria acende sinal de alerta	35
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA Pesquisa mostra maior ímpeto de compras para Dia das Mães em 13 anos	37
VALOR ECONÔMICO - SP - AGRONEGÓCIOS ECONOMIA PIB da soja e do biodiesel cresceu 11%	38
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA Juros globais avançam e bolsas recuam com dúvidas sobre guerra	39
GAZETA DE ALAGOAS - AL - ECONOMIA ECONOMIA Governo lança crédito para MEIs de baixa renda no turismo	41

PF mira esquema de "títulos podres"

» **RAFAELA GONÇALVES**

A Polícia Federal (PF), em ação conjunta com a **Receita Federal** e o Ministério Público Federal (MPF), deflagraram, ontem, duas operações contra um esquema de fraudes tributárias que usava "títulos podres" para abater débitos fiscais de forma irregular. As investigações apontam que a organização criminosa atuava por meio de escritórios de advocacia, consultorias tributárias e empresas de fachada que vendiam supostas soluções para reduzir ou quitar **tributos** federais.

Segundo os investigadores, o esquema contava com uma estrutura sofisticada, com divisão de tarefas, captação de clientes e uso de procurações eletrônicas. "Os indícios revelaram a existência de fraude envolvendo empresas e prefeituras, causando prejuízo ao erário público. A associação criminosa passou a contar com **servidores públicos** para prática de estelionato, gerando vultosos prejuízos aos cofres públicos e a empresas", informou a **Receita Federal** em nota.

As ações foram batizadas de Operação Consulesa (Fase 2), e Operação Títulos Podres. Juntas, elas mobilizaram mandados de busca, apreensão e prisão em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Maranhão.

A Operação Consulesa teve como foco um esquema estimado em R\$ 670 milhões. Foram cumpridos 29 mandados de busca e apreensão e quatro de prisão preventiva em Belo Horizonte, Formiga, Capim Branco, Contagem e Nova Lima, além de endereços em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Já a Operação Títulos Podres mira lideranças e operadores financeiros do grupo, incluindo ao menos 10 advogados investigados. Nessa frente, a PF cumpriu 40 mandados de busca e apreensão e seis de prisão temporária. O prejuízo estimado aos cofres públicos chega a R\$ 100 milhões.

A Justiça Federal também determinou o bloqueio de cerca de R\$ 32 milhões em bens e valores para garantir eventual ressarcimento aos cofres públicos.

Entre os alvos está Luiz Antônio Martins Nunes, servidor de carreira do Serpro que atuava cedido à

Receita Federal no Rio de Janeiro. Ele já havia sido investigado por suspeita de acessar e comercializar

informações sigilosas de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e de familiares. Em fevereiro, foi alvo de uma operação autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes. A defesa dele não foi localizada.

Segundo a investigação, Nunes era responsável por acessar indevidamente sistemas da **Receita Federal** e repassar dados fiscais sigilosos ao grupo envolvido nas compensações fraudulentas.

A empresa Consulminas Consultoria e Assessoria Empresarial comercializaria créditos tributários inexistentes, utilizados para emba-sar pedidos de abatimento fiscal.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2026/05/08/all.pdf>

Prazo para entrar no 1º lote termina domingo

Contribuintes que enviarem a declaração do Imposto de Renda até este domingo têm mais chances de entrar no primeiro lote de restituição, caso não caiam na malha fina. O prazo para declarar o IR 2026 termina em 21 dias, em 29 de maio. Quem é obrigado a prestar contas e atrasa paga multa mínima de R\$ 165,74, que pode chegar a 20% do imposto devido no ano. Há ainda outras consequências.

Quem pretende pagar o imposto no débito automático seja por cota única ou desde a primeira cota também tem até domingo para fazer essa opção. O fisco espera receber 44 milhões de declarações neste ano.

O primeiro lote de restituição será liberado no próprio dia 29, quando também é a data final para quitar o Documento de Arrecadação das Receitas Federais (Darf) da cota única ou da primeira cota à **Receita Federal**. A restituição é paga respeitando uma fila de prioridades, que coloca idosos no topo dela.

Apesar da vantagem de enviar o quanto antes, a Receita não recomenda fazer a declaração com pressa. Informações incorretas ou incompletas podem levar à malha fina, o que trava o pagamento da restituição até que as pendências sejam resolvidas.

A orientação é conferir todos os dados com atenção antes de transmitir a declaração, além de evitar deixar o envio para os últimos dias, quando o sistema pode ficar sobrecarregado. Das 15,1 milhões de declarações entregues até 23 de abril, 1,05 milhão (6,96%) ficaram retidas na malha, percentual superior ao registrado no mesmo período do ano passado, quando era de 5,22%.

Desse total, 257,8 mil declarações estão retidas por inconsistências geradas pelo novo modelo de cruzamento de dados da Receita, que utiliza o eSocial e a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD--Reinf), após o fim da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (Dirf).

Entre as falhas mais comuns estão classificação incorreta de rendimentos - como salário, 13o e férias -, códigos errados usados por empresas e valores duplicados, além de despesas médicas ou planos de saúde informados duas vezes.

Segundo José Carlos Fonseca, supervisor nacional do IR, o contribuinte deve ter como base os informes de rendimentos oficiais para preencher a declaração,

mesmo que os dados estejam diferentes da declaração pré--preenchida. Além disso, só deve declarar informações para as quais tenha documentos que possa utilizar para provar.

Ao notar divergências entre o informe e a pré--preenchida, a orientação é informar a empresa. Em geral, os empregadores fazem a correção e a própria Receita gera a declaração retificadora automaticamente para o contribuinte (Da Folhapress).

Site: https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-0805202606%20-%20d3036eaa59b31dade3e8ef4916a3e821.pdf?t=1778231908000

PF faz operação contra tráfico internacional de drogas no porto

ANA CAROLINA TORRES actorres@extra.inf.br

A Polícia Federal deflagrou, ontem, a Operação OffGrade Coffee (café fora de padrão, em tradução livre), que visa desarticular uma organização criminosa especializada no tráfico internacional de drogas a partir do Porto do Rio.

O grupo, segundo as investigações, esconde cocaína em contêineres com sacas de café. Três mandados de prisão preventiva e sete de busca e apreensão foram cumpridos no Rio de Janeiro, no Espírito Santo, em Minas Gerais e em São Paulo contra investigados considerados figuras centrais na quadrilha.

De acordo com a PF, outros alvos foram submetidos a medidas cautelares, como proibição de contato entre os envolvidos, restrição de deslocamento e monitoramento eletrônico.

A investigação sobre a organização criminosa começou após a apreensão de aproximadamente 1,2 tonelada de cocaína escondida em um contêiner carregado com sacas de café que tinha a Alemanha como destino, em junho de 2025.

As apurações apontam que a quadrilha estruturou um sofisticado esquema para viabilizar o envio de drogas ao exterior mediante simulação de operações comerciais lícitas de exportação de café. O bando usava empresas de fachada, laranjas e complexas transações financeiras para ocultar a origem ilícita do dinheiro e possibilitar a inserção da droga nas cargas exportadas.

Os investigados poderão responder pelos crimes de tráfico internacional de drogas, organização criminosa, lavagem de dinheiro e falsidade ideológica, entre outros delitos que possam ser identificados no curso das investigações.

DUAS AÇÕES EM NOVE DIAS

Esta é a segunda ação policial com foco no porto em um intervalo de nove dias.

Em 28 de abril, a PF e a **Receita Federal** realizaram a Operação Mare Liberum (mar livre, em tradução livre), com foco em um esquema bilionário de corrupção na alfândega que movimentou, segundo as investigações,

R\$ 86,6 bilhões em mercadorias. Na ocasião, 17 auditores fiscais e oito analistas tributários foram afastados do cargo por determinação judicial.

Ontem, em nota, a PortosRio informou que a Operação Off-Grade Coffee não foi realizada nas dependências do Porto do Rio: "a ação é um desdobramento de investigações relacionadas ao tráfico internacional de drogas, com cumprimento de mandados de busca e apreensão em diferentes estados, fora da área portuária".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Companhias refazem contas sem incentivo fiscal

Rodrigo Carro

Mudanças previstas na **reforma tributária** estão levando empresas a repensar a cadeia de fornecedores e até a localização geográfica de suas unidades produtivas. Com a eliminação gradual até 2032 de incentivos fiscais, companhias que hoje usufruem deste tipo de benefício fazem as contas para saber se vale a pena transferir fábricas de Estado. Ou, ainda, qual o impacto da reforma sobre as compras feitas de fornecedores cadastrados no Simples Nacional.

Sócio do Bergamini Advogados, Adolpho Bergamini conta que foi consultado por uma empresa instalada em Goiás interessada em mensurar quais os custos e as vantagens de transferir suas operações para a Zona Franca de Manaus, onde os incentivos continuarão vigentes mesmo após 2032.

"Fizemos um estudo e verificamos que, de fato, se ela continuar onde está, já começa a perder do ponto de vista fiscal porque os benefícios da Zona Franca de Manaus tendem a ser melhores já em 2029", diz Bergamini.

Projeção do Centro de Política Fiscal e Orçamento Público do Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE) indica que os governos estaduais e do Distrito Federal vão deixar de arrecadar R\$ 313,2 bilhões em ICMS este ano devido à concessão de incentivos fiscais. A estimativa se baseia em dados compilados da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) dos Estados e do DF.

Atualmente, numa operação interestadual, o ICMS é devido para o Estado de origem do produto. Isso faz com que o Estado de origem possa reduzir seu ICMS, com a finalidade de trazer empresas para o seu território. "É a chamada guerra fiscal. Normalmente o imposto da operação [interestadual] é de 12%, mas reduz-se [a alíquota] para que o imposto devido seja 3%, 4%, 5%", explica Bergamini.

Com a extinção dos incentivos fiscais a partir de 2033, as empresas beneficiadas reavaliam sua localização geográfica. "Temos recebido de uma forma bem recorrente questionamentos dos nossos clientes, do mercado em si, sobre a mudança de endereço, sobre reorganização mesmo estrutural da companhia,

motivada pelos incentivos fiscais que existem no Brasil, especialmente por causa da **reforma tributária**", diz Rafaella Vilela, sócia de **tributos indiretos** na EY Brasil.

Segundo Vilela, a recomendação tem sido a de avaliar essas decisões de forma multidisciplinar, considerando não só o efeito tributário, mas também o impacto no longo prazo em áreas como logística, cadeia de suprimentos, precificação, "compliance" e sustentabilidade.

"Às vezes, as pessoas perguntam: Vale a pena ficar ou vale a pena ir embora? Não dá para responder assim, de bate-pronto, sem realmente colocar no papel, sem avaliar todas as situações", esclarece a sócia de **tributos** indiretos.

Entre 2029 e 2032, o ICMS será gradualmente substituído pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e os Estados poderão continuar a oferecer incentivos fiscais com recursos do Fundo de Compensação

de Benefícios Fiscais (FCBF), embora uma portaria da **Receita Federal** publicada no ano passado estabeleça critérios mais restritivos para uso deste dinheiro. A partir de 2033, os incentivos deixam de existir, com exceção daqueles vigentes na Zona Franca de Manaus e nas chamadas "áreas de livre comércio" (ALCs).

Com exceção daquelas situadas em Macapá (AP) e Boa Vista (RR), essas áreas de livre comércio estão espalhadas por municípios do Acre, Amapá, Amazonas, Rondônia e Roraima. A maior parte dessas áreas está situada em cidades pequenas, sem a infraestrutura e a capacidade logística existentes em Manaus.

"Estamos sendo muito procurados, sim, para fazer esses cenários", diz o sócio líder da área de consultoria tributária da PwC Brasil, Carlos Coutinho, referindo-se tanto à substituição de **tributos** quanto ao fim dos incentivos. "Qual o impacto disso quando eu retiro os incentivos fiscais? Varia de segmento econômico para segmento econômico. No varejo, você tem um impacto. Na indústria, você tem outro", exemplifica Coutinho.

Os questionamentos de empresas também passam

pelo efeito da reforma sobre a cadeia de fornecedores, diz Adolpho Bergamini. Desde 2007, as empresas que compram de um fornecedor inscrito no Simples Nacional têm direito a receber, de volta, um crédito tributário de

PIS/Cofins de 9,25% sobre o valor de insumos utilizados na produção e em mercadorias adquiridas para comercialização, entre outros itens. Os créditos a receber seguem uma lógica de não cumulatividade de **tributos**, para evitar um efeito cascata - um imposto, pago na etapa anterior, incidindo sobre outro.

Quando for implementada a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que vai unificar PIS e Cofins, o crédito para quem compra de um fornecedor inscrito no Simples Nacional tenderá a diminuir, já que o comprador não poderá mais se creditar da alíquota "cheia" (9,25%). "Pode ficar relativamente menos vantajoso, em alguns cenários, [comprar de um fornecedor inscrito no Simples Nacional]", diz Vilela, da EY Brasil. "Você vai poder se creditar somente nesse "valorzinho" que vai ser denominado por IBS e CBS dentro da guia [de arrecadação] do Simples Nacional", acrescenta.

Uma simulação preliminar feita por Bergamini indica que, ao comprar R\$ 100 mil de um fornecedor inscrito no Simples Nacional, uma empresa teria direito a um crédito de PIS/Cofins de R\$ 9.250. Depois da **reforma tributária**, esse valor cairia para R\$ 6.536. O advogado ressalta que a alíquota da CBS ainda não foi fixada. O impacto potencial da mudança é amplo: "Pouco mais de 80% das empresas nacionais estão hoje inscritas no Simples Nacional."

Numa análise mais ampla, Vilela, da EY Brasil, considera que a reforma não é só tributária, mas do próprio negócio das empresas. "Durante décadas e décadas, as empresas no Brasil construíram seu planejamento, sua estratégia, seu preço, estrutura, tudo em torno da parte tributária, da parte de incentivos fiscais. E a reforma reduz esse espaço, ela desloca vantagem competitiva para a parte de eficiência, produtividade", sustenta a sócia.

A opinião sobre a mudança de cenário é compartilhada por Coutinho, da PwC. "A tendência é de que no Brasil a atração de investimentos vai se dar muito mais em decorrência dos aspectos econômicos, infraestrutura, logística, mão de obra, proximidade ao mercado consumidor, do que em relação aos aspectos fiscais, que hoje são um componente importante na decisão de investir no Estado A, B ou C."

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Alcolumbre pediu a Lula blindagem de apurações antes de rejeitar Messias

MALU GASPAR E RAFAEL MORAES MOURA
politica@oglobo.com.br RIO E BRASÍLIA

Duas semanas antes da votação no Senado que rejeitou Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), se queixou a Lula de estar sendo perseguido pela Polícia Federal (PF), que toca diferentes inquéritos relacionados a ele e aliados, e pediu ao presidente que o ajudasse a se blindar do que chamou de "injustiças". A maior delas, na visão de Alcolumbre, seria a delação do executivo Daniel Vorcaro, que entregou na quarta-feira a sua proposta para análise dos investigadores.

Na conversa, que ocorreu nos bastidores da posse do ministro da Secretaria de Relações Institucionais, José Guimarães, Alcolumbre disse que a delação de Vorcaro viria com "muitas mentiras e injustiças" sobre ele e apelou a Lula para que o ajudasse a ficar de fora. De acordo com o relato que fez a aliados, Lula respondeu que não tem como segurar delegado da PF, Ministério Público Federal e muito menos o Supremo. E alegou que o diretor-geral da corporação, Andrei Rodrigues, tem agido com responsabilidade para evitar injustiças, repetindo o termo usado pelo parlamentar.

REVIDE NO PLENÁRIO

Dias depois, quando Alcolumbre comandou a articulação que levou à derrota histórica do governo na votação do nome de Messias no plenário, o círculo próximo do presidente no Palácio do Planalto atribuiu o movimento a um revide, uma vez que Alcolumbre estaria monitorando de perto não só os bastidores da delação de Vorcaro, mas também de outras investigações, como a dos desvios do **INSS** e a dos investimentos de R\$ 400 milhões do fundo de pensão do Amapá em letras financeiras do Master.

Interlocutores do senador reconhecem que ele está preocupado com o andamento das investigações e se julga perseguido pelo governo, mas a firmam que a ejeição de Messias no plenário não tem relação com a pretensão de Alcolumbre em conseguir blindagem junto a Lula. O maior revés legislativo de Lula neste terceiro mandato seria decorrência do fato de Messias ser rejeitado por uma Casa que tinha um candidato

próprio - o senador Rodrigo Pacheco (PSB), preterido por Lula.

"Alcolumbre sabe o tamanho da bronca em que se meteu", disse um interlocutor do presidente do Senado ouvido reservadamente. "Ele é tão vingativo quanto o Lula e não dá para saber onde isso vai parar. Mas ofato é que Davi está com medo".

Por meio de sua assessoria de imprensa, Alcolumbre afirmou que "jamais tratou do Banco Master" com Lula e "muito menos fez qualquer queixa ou alegação nesse sentido". A nota diz pontuou que "embora tentem, de forma recorrente, associá-lo ao assunto, Davi Alcolumbre não possui qualquer relação com o Banco Master e não é investigado, citado ou arrolado, sob nenhuma forma, em qualquer apuração relacionada ao caso".

No ano passado, a gestão de Alcolumbre decretou sigilo de 100 anos sobre registros de entrada e saída do lobista conhecido como Careca do **INSS**, acusado pela PF de comandar o esquema de descontos indevidos das aposentadorias. O Senado também se recusou a informar os registros de entrada de Vorcaro na Casa, em resposta a um do blog da Malu Gaspar via Lei de Acesso à Informação. Alcolumbre se negou ainda a prorrogar a CPI do **INSS** e decidiu arquivar o requerimento de instalação da CPI do Banco Master.

Diretor da PF avisou presidente do Senado sobre ação

O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, telefonou ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União AP), para avisá-lo sobre o cumprimento dos mandados de busca e apreensão na Operação Compliance Zero que mirou o senador Ciro Nogueira (PP-PI), presidente do PP e ex-ministro do governo Bolsonaro.

A ligação ocorreu ontem de manhã, depois que as ações já haviam sido cumpridas. O diretor-geral da PF estava nos Estados Unidos acompanhando a comitiva do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que teve um encontro com o presidente americano, Donald Trump. As investigações, que preocupam não só Alcolumbre, mas toda a cúpula do Congresso, estão no Supremo Tribunal Federal (STF) sob a relatoria do ministro André Mendonça, um dos principais cabos eleitorais da fracassada campanha de Jorge Messias à Corte. A

derrota é atribuída à articulação de Alcolumbre, que nega participação. (Eduardo Gonçalves e Mariana Muniz)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo quer aprovação rápida em projeto que flexibiliza LRF

Lu Aiko Otta, Giordanna Neves e Jéssica Sant'Ana

Secretário-executivo do Ministério do Planejamento e Orçamento e recém-eleito presidente do conselho de administração da Petrobras, Guilherme Mello disse em entrevista ao Valor que o ideal é que a Câmara dos Deputados aprove no início da próxima semana o Projeto de Lei Complementar (PLP) que cria uma exceção à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para permitir a redução de **tributos** sobre combustíveis em 2026, utilizando como compensação o aumento extraordinário de arrecadação da própria União decorrente do choque nos preços do petróleo. Segundo ele, caso o projeto demore muito para ser aprovado no Congresso Nacional, o governo terá de pensar em outros caminhos para garantir esse objetivo.

"Mas, de fato, nós esperamos muito que o Parlamento colabore, porque é algo de interesse do país, não é um tema de interesse do governo", reforçou.

A medida é importante para que o governo viabilize a redução de **tributos** federais sobre os combustíveis - como a gasolina, que ainda não teve nenhuma desoneração - e amortença eventuais reajustes promovidos pela Petrobras.

Ele ponderou que, neste momento, o governo não trabalha com um cenário de zeragem dos **tributos** sobre a gasolina, já que a diferença entre os preços praticados no mercado interno e as cotações internacionais não justificaria o uso integral desse espaço. "Eu posso usar uma parte do espaço agora e, se necessário, mais para frente, usar um pouco mais", acrescentou. Sobre o diesel, disse que ainda será avaliada a necessidade ou não de extensão da desoneração de PIS/Cofins em vigor.

O secretário explicou que, embora a Petrobras tenha uma política de preços própria e não exista vinculação entre as medidas que venham a ser adotadas pelo governo e eventuais reajustes da gasolina, o Executivo e o Parlamento podem se antecipar para evitar pressões sobre os preços.

"Obviamente, o Parlamento tem sua agenda, mas a nossa visão é que o quanto antes for aprovado esse projeto, melhor, porque nos dá tranquilidade e a segurança de que não vai haver uma volatilidade de

preços nos combustíveis no Brasil", reiterou.

Alguns parlamentares têm defendido que o texto seja votado na semana do dia 18 de maio, mas o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), ainda não bateu o martelo.

A relatora do PLP, deputada Marussa Boldrin (RepublicanosGO), tem defendido incluir no texto a possibilidade de uso da receita extra para viabilizar a renegociação das dívidas dos produtores rurais. Mello afirmou que o governo entende que este não é o espaço adequado para discutir assuntos alheios à proposta, que tem caráter emergencial e circunscrito aos efeitos da guerra no Oriente Médio.

A Secretaria de Política Econômica

(SPE) do Ministério da Fazenda, que era então comandada por Mello, estimou que pode haver um ganho de receita entre R\$ 80 bilhões e R\$ 100 bilhões com a disparada do preço do barril de petróleo do tipo Brent. Os números, contudo, carregam um grau de incerteza elevado, diante da dificuldade de estimar quando a guerra vai terminar.

Dado ao aumento do Brent, é possível que haja um impacto positivo no resultado primário do governo central deste ano, explicou o secretário. Mas ele reforçou que o objetivo é usar essa receita extra para combater os efeitos da guerra.

"Há algum nível de ganho fiscal que nós estamos disponibilizando para, caso necessário, ser ocupado por medidas de estabilização de preços. Será necessário gastar todo esse espaço extra? Não necessariamente, mas o nível de incerteza é muito alto", afirmou o agora secretário-executivo do MPO. "Nosso objetivo é cumprir as metas [fiscais]. Se vier algo melhor, sem prejudicar o povo, [mas] eu não vou querer construir um superávit maior às custas do povo brasileiro e dos consumidores", completou. Atualmente, o governo projeta um superávit de R\$ 3,5 bilhões para o fim do ano.

Ele também disse que a tendência é que não haja contingenciamento no próximo relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas, a ser divulgado até o dia 24 deste mês. Por outro lado, é possível que o governo aumente o bloqueio do Orçamento, hoje de

R\$ 1,6 bilhão, devido à redução da fila do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), que tem aumentado a concessão de benefícios previdenciários e assistenciais. Mello disse que os números estão sendo fechados.

Além dos relatórios bimestrais, uma das missões do MPO neste ano será entregar a proposta de Orçamento para 2027. Mello afirmou que as medidas de ajuste fiscal aprovadas no fim de 2024 farão com que as despesas obrigatórias de 2027 fiquem R\$ 80 bilhões menores do que seriam num cenário sem elas. A economia decorre da revisão de gastos e do limite imposto ao crescimento do salário mínimo, entre outras medidas.

"As medidas foram potentes e garantiram que o espaço orçamentário, em particular para despesas discricionárias, fosse minimamente preservado", afirmou. "Isso não quer dizer que resolveram todos os problemas da dinâmica das despesas obrigatórias. Nós sabemos que, apesar de contidas, algumas despesas obrigatórias seguem crescendo em um ritmo acima do limite máximo do arcabouço."

O objetivo de um ajuste pelo lado das despesas, afirmou o secretário, é fazer com que os itens obrigatórios cresçam na mesma velocidade do conjunto de gastos. "O mais importante não é se a despesa vai crescer 2%, 2,5%, 1,5%. A discussão é: como eu consigo estabelecer um ritmo de crescimento das despesas obrigatórias compatível com o ritmo de crescimento das despesas totais." Por esse motivo, ele disse não ter opinião formada quanto à necessidade de "apertar" os parâmetros do arcabouço.

A revisão dos benefícios sociais poderia ser um caminho para

compatibilizar o ritmo de crescimento das despesas. "Uma possibilidade é você repensar o desenho [dos programas sociais] e caminhar num sentido como foi feito no Bolsa Família lá atrás, de maior abrangência, mas com maior eficiência."

Mello frisou que as despesas caminham para a casa dos 18% do Produto Interno Bruto (**PIB**) - a projeção para 2027 é 18,8% do **PIB** - ao passo que esteve acima dos 19% no período de vigência do teto de gastos. Este ano, as despesas estão estimadas em 19,4% do **PIB**. Segundo o secretário, a guerra tornou necessária a edição de créditos extraordinários. Isso afeta as despesas e as eleva como proporção do **PIB**.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Desenrola Brasil 2.0: calculadora mostra quanto você economiza no cartão de crédito parcelado

Por O Globo - Brasília

O Desenrola Brasil 2.0 chegou com descontos para quem tem dívida no cheque especial, rotativo do cartão, crédito parcelado e crédito pessoal. O programa, lançado nesta semana, permite negociar diretamente com os bancos. E O GLOBO preparou uma calculadora para você simular quanto pode economizar.

Calculadora Desenrola Brasil 2.0

O desconto no valor devido vai depender do prazo de atraso no pagamento. Para participar do programa, o débito deve estar com atraso mínimo de 90 dias e máximo dois anos, conforme parâmetros obtidos a partir de informações do governo.

O desenrola será para refinanciar a dívida. Ou seja, pagamentos à vista podem ser negociados com os bancos, mas fora do programa. No caso do Desenrola, o novo débito gerado terá juro de 1,99% ao mês, com pagamento de até quatro anos. E os percentuais de desconto no valor total da dívida são fixos, de acordo com a modalidade do crédito e o prazo de atraso.

Mas, atenção, só pode participar do programa quem tem renda até 5 salários-mínimos (R\$ 8.105). Para aderir, é preciso procurar o banco no qual a dívida foi contraída - o Desenrola 2.0 vai tratar apenas de endividamentos financeiros.

A medida mira a renegociação de dívidas e a redução do comprometimento de renda das famílias com o pagamento das prestações aos bancos.

De acordo com ministro da Fazenda, Dario Durigan, o desconto médio será de 65% da dívida. Veja detalhes da medida e tire suas dúvidas.

Como funciona o Desenrola 2.0?

A dívida renegociada terá:

Para entrarem no Desenrola, as pessoas devem procurar os canais oficiais dos bancos.

Quem pode participar do Desenrola 2.0?

Qual desconto que será aplicado no Desenrola 2.0?

Percentual vai variar de acordo com a modalidade de crédito e o tempo de atraso, confira:

Rotativo do cartão de crédito e cheque especial

Crédito direto ao consumidor ou parcelamento do cartão de crédito

Quais as contrapartidas de quem aderir ao Desenrola 2.0?

Para famílias:

Para instituições financeiras:

Como o FGO participará do Desenrola?

O Fundo garantirá o crédito novo para que famílias renegociem dívidas atrasadas e serão utilizados como fonte de recursos para o FGO:

Como o FGTS será usado no Desenrola?

O que muda no consignado do **INSS**?

O que mudará?

O que muda no consignado do Servidor?

O que mudará?

Como será a negociação no Fies?

Também haverá negociação para o Fies

Como será o Desenrola 2.0 para empresas?

Microempresas (Procred/FGO):

As mudanças para as microempresas, que tem faturamento anual de até R\$ 360 mil, serão:

Pronampe/FGO

Para atender micro e pequenas empresas, ou seja, empresas com faturamento anual até R\$ 4,8 milhões por ano, as alterações no Pronampe serão:

Como será o Desenrola Rural?

Além de famílias, estudantes e empresas, os agricultores familiares, também terão a chance de sair da dívidas. O Desenrola Rural fará a regularização de dívidas e a reinserção produtiva de agricultores familiares, facilitando o acesso ao crédito rural.

Como funciona?

Como era a primeira versão do Desenrola 2.0?

Em 2023, a primeira versão do programa beneficiou mais de 15 milhões de pessoas, com a negociação de R\$ 53 bilhões em dívidas de diferentes setores. A política ajudou a reduzir o endividamento.

Há um diagnóstico no governo de que os bons números da economia e do mercado de trabalho não estão se refletindo em ganho de popularidade para Lula já que parte relevante do orçamento vem sendo usada para pagar dívidas. Segundo o Banco Central, quase 30% (29,7%) da renda dos brasileiros está sendo consumida pelo pagamento de dívidas, o maior patamar da série histórica, iniciada em 2005.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/financas/noticia/2026/05/08/desenrola-brasil-20-calculadora-mostra-quanto-voce-economiza-no-cartao-de-credito-parcelado.ghtml>

O ecossistema da corrupção (Editorial)

Adeflagração da nova fase da Operação Compliance Zero, na manhã de ontem, expôs as vísceras de um ecossistema de corrupção que se instalou no coração da República para servir aos interesses de Daniel Vorcaro, dono do Banco Master. A busca e apreensão realizada pela Polícia Federal (PF) em endereços do senador Ciro Nogueira (PP-PI), presidente de um dos maiores partidos políticos do País, revela até onde chegou o assalto ao Estado brasileiro promovido pelo banqueiro e os que a ele se associaram nessa orgia criminoso.

Os fatos atribuídos pela PF a Ciro Nogueira são devastadores, daqueles que levariam qualquer parlamentar com um mínimo de vergonha na cara a renunciar ao mandato imediatamente para cuidar de sua defesa. De acordo com as investigações, o senador teria traído seus eleitores e corrompido a representação federativa do Piauí para atuar como uma espécie de sicário de terno e gravata a mando de Vorcaro em Brasília.

Documentos apreendidos pelos investigadores indicam que o teor de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) apresentada por Ciro Nogueira foi redigida, pasme o leitor, por funcionários do Banco Master. Vorcaro se jactou pessoalmente do feito: "saiu exatamente como mandei", disse ele, em diálogo obtido pela PF. A PEC em questão pretendia elevar de R\$ 250 mil para R\$ 1 milhão a cobertura individual do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), medida que beneficiaria diretamente o modelo de negócios baseado em captação agressiva adotado pelo banco.

O rombo no FGC causado pela debacle do Banco Master já alcança cifras bilionárias. Imaginemos o que teria ocorrido caso a PEC explosiva patrocinada por Ciro Nogueira fosse adiante.

O prejuízo teria chegado a um patamar tal que não seria desarrazoado antever um colapso da segurança de todo o sistema financeiro nacional. Vale dizer: o senador piauiense é suspeito de ter trabalhado não em favor do interesse público, mas para socializar eventuais prejuízos privados de uma instituição cuja situação patrimonial já despertava preocupações das autoridades monetárias há meses.

A gravidade das suspeitas que recaem sobre Ciro Nogueira aumenta quando se observam as contrapartidas que ele teria recebido descritas pela PF. O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, ao autorizar as diligências,

reproduziu indícios segundo os quais o senador teria recebido mesadas que variavam entre R\$ 300 mil e R\$ 500 mil, além da utilização de um imóvel de alto padrão, viagens internacionais de luxo e outras vantagens custeadas pelo banqueiro, como pagamento de faturas pessoais de cartão de crédito.

É impossível ignorar o profundo mau cheiro desse quadro de putrefação moral e institucional. Ciro Nogueira não é um arrivista qualquer no submundo do poder em Brasília. Trata-se de um ex-ministro de Estado, senador da República, presidente de um dos maiores partidos políticos do Brasil. Ademais, ocupa posição central nas articulações políticas no Congresso. É desse lugar de destaque que, segundo a PF, ele teria servido a Daniel Vorcaro em troca de muito dinheiro, inclusive como artífice de outra PEC com o objetivo de dar poder ao Congresso para destituir membros da diretoria do Banco Central (BC). Convém recordar que foi justamente o BC quem embargou a operação de compra do Banco Master pelo BRB, expondo a fragilidade da situação financeira da instituição de Vorcaro.

Dito isso, o aspecto mais perturbador dessa nova fase da investigação é a sensação de que Vorcaro teria comprado uma rede de influência nos mais altos escalões dos Três Poderes, cuja extensão não tem precedentes na história recente do País. As suspeitas recaem inclusive sobre alguns ministros do STF, o que dá a dimensão da gravidade.

O conjunto dos fatos revelados pela PF e pela imprensa profissional mostra um ambiente institucional marcado pela promiscuidade entre interesses privados e **servidores públicos**.

A chegada da PF ao núcleo político desse esquema é um novo marco. E é pouco provável que o senador Ciro Nogueira seja o único envolvido. I

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Juros pelo núcleo de inflação? - CELSO MING

CELSO MING

Para o vice-presidente da República Geraldo Alckmin, o estrago produzido pelos juros altos ficará substancialmente reduzido se for feita uma pequena mexida na meta de inflação.

Se para definir os juros, em vez de medir a inflação pelo IPCA cheio (custo de vida), como é agora, for adotado o critério de núcleo de inflação, os juros podem despençar.

Núcleo de inflação, assim entendido, é o mesmo IPCA, só que expurgado das variações de preços dos alimentos e dos combustíveis, dois itens voláteis, sujeitos a frequentes choques de oferta. Chuva demais ou chuva de menos ataca os preços do chuchu; um espirro da Opep mexe com os preços do petróleo e do gás...

Alckmin observa que o Fed (banco central dos Estados Unidos) não fixa os juros básicos com base na inflação cheia, mas com base na variação do núcleo da inflação assim expurgada.

É o que deveria ser adotado aqui, propõe ele.

Essa ideia poderia fazer sentido no Brasil se não houvesse uma quase impossibilidade. É que por aqui vigora a indexação (correção monetária), que são os reajustes de preços e valores pela inflação passada.

Preços administrados (fixados pelo governo), o salário mínimo, aposentadorias, remuneração dos funcionários públicos, dívidas, impostos, aluguel, despesas de condomínio e tanta coisa mais sofrem reajustes pela inflação passada.

Essa indexação é transferida para os demais preços e, assim, propaga a inflação.

Se é para trabalhar com o núcleo de inflação para definição dos juros, é preciso, também, ou acabar com a indexação, ou indexar também pelo núcleo os valores acima apontados.

Na condução de sua política monetária, o Fed não enfrenta a contaminação dos preços pela indexação. Pode usar o núcleo sem maiores contra indicações. É grande equívoco defender a vigência em bruto

também, por aqui, do sistema em uso nos Estados Unidos.

Quase sempre, quem quer reformar o sistema de metas de inflação se limita a atacar os sintomas e não as causas, que não se limitam à indexação.

O PT, em suas Diretrizes para o futuro, defende não apenas o fim da autonomia do Banco Central (e da política de juros).

Quer, também, rever a meta de inflação. Entende que a meta, de 3% em doze meses, hoje em vigor, é baixa demais e, assim, exige juros altos para ser cumprida. A proposta é de aumentar essa meta para que a Selic possa ser mais baixa.

Também o PT não quer agir sobre as causas da inflação, que são as excessivas despesas do governo, que despeja dinheiro demais na economia. Não quer atacar a febre; quer mudar a escala do termômetro. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

PF pede a Mendonça que Vorcaro retorne a presídio

AGUIRRE TALENTO

A Polícia Federal apresentou pedido ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça para que o banqueiro Daniel Vorcaro deixe a carceragem da Superintendência da PF no Distrito Federal e seja devolvido a um presídio.

Ainda não houve decisão sobre o pedido e não há uma definição se ele voltaria para a penitenciária federal de segurança máxima ou ao Complexo Penitenciário da Papuda.

O pedido foi feito por razões administrativas antes da entrega da proposta do seu acordo de delação premiada, o que ocorreu na última terça-feira (mas que tem como pano de fundo essa negociação), e também antes de mais uma fase da Operação Compliance Zero da PF, que ontem cumpriu mandado de busca e apreensão contra o senador Ciro Nogueira (PP-PI), presidente nacional do partido e ex-ministro da Casa Civil no governo de Jair Bolsonaro.

Vorcaro está na superintendência desde o dia 19 de março, quando assinou um termo de confidencialidade para iniciar a confecção de seu acordo de delação premiada.

Na superintendência, funciona uma carceragem usada apenas para presos de passagem, antes de serem enviados ao sistema penitenciário.

Vorcaro foi alocado em uma sala de Estado-Maior reformada inicialmente para receber o ex-presidente Jair Bolsonaro.

ROTINA ALTERADA. Segundo a PF, a presença do banqueiro no local alterou a rotina da administração, já que seus advogados o visitavam diariamente para trabalhar na confecção dos anexos de sua delação e costumavam apresentar diversos pleitos à administração.

Ele também recebe semanalmente a visita de seus familiares.

Com isso, a PF argumentou que não tem condições de mantê-lo indefinidamente na superintendência e que o tempo já havia sido suficiente para que ele finalizasse a confecção da sua proposta de delação premiada.

Apesar de o pedido ter sido apresentado antes da entrega dos anexos da delação premiada, a avaliação da corporação é de que a finalização dessa primeira etapa da negociação do acordo reforçaria o argumento de que não é mais necessária a presença de Vorcaro lá.

PRISÃO. O banqueiro foi preso pela segunda vez no dia 4 de março, na terceira fase da Operação Compliance Zero, por ordem do ministro do Supremo Tribunal Federal André Mendonça, depois que a PF entregou provas ao STF de que Vorcaro mantinha um braço armado, usado para ameaçar adversários e para invadir sistemas de informática dos órgãos de investigação.

Inicialmente, ele foi conduzido à Superintendência da PF em São Paulo. Depois, foi encaminhado ao Centro de Detenção Provisória (CDP) de Guarulhos, onde passou a primeira noite preso. No dia seguinte, 5 de março, ele foi transferido para a Penitenciária 2 de Potim, no interior de São Paulo. Posteriormente, em 6 de março, foi levado para a Penitenciária Federal de Brasília.

No dia 19 daquele mês, após a assinatura do termo para dar início à negociação de delação, ele foi transferido para a Superintendência da PF em Brasília.

Esse processo durou cerca de 45 dias e foi feito por meio de visitas diárias da equipe de advogados do banqueiro. A defesa teve acesso à cópia da extração do telefone celular do banqueiro apreendido pela PF, o que foi uma das fontes de provas usadas para construir a proposta. |

Para lembrar

Para o vice-presidente da República Geraldo Alckmin, o estrago produzido pelos juros altos ficará substancialmente reduzido se for feita uma pequena mexida na meta de **inflação**.

Se para definir os juros, em vez de medir a **inflação** pelo IPCA cheio (custo de vida), como é agora, for adotado o critério de núcleo de **inflação**, os juros podem despençar.

Núcleo de **inflação**, assim entendido, é o mesmo

IPCA, só que expurgado das variações de preços dos alimentos e dos combustíveis, dois itens voláteis, sujeitos a frequentes choques de oferta. Chuva demais ou chuva de menos ataca os preços do chuchu; um espirro da Opep mexe com os preços do petróleo e do gás...

Alckmin observa que o Fed (banco central dos Estados Unidos) não fixa os juros básicos com base na **inflação** cheia, mas com base na variação do núcleo da **inflação** assim expurgada.

É o que deveria ser adotado aqui, propõe ele.

Essa ideia poderia fazer sentido no Brasil se não houvesse uma quase impossibilidade. É que por aqui vigora a indexação (correção monetária), que são os reajustes de preços e valores pela **inflação** passada.

Preços administrados (fixados pelo governo), o salário mínimo, aposentadorias, remuneração dos funcionários públicos, dívidas, **impostos**, aluguel, despesas de condomínio e tanta coisa mais sofrem reajustes pela **inflação** passada.

Essa indexação é transferida para os demais preços e, assim, propaga a **inflação**.

Se é para trabalhar com o núcleo de **inflação** para definição dos juros, é preciso, também, ou acabar com a indexação, ou indexar também pelo núcleo os valores acima apontados.

Na condução de sua política monetária, o Fed não enfrenta a contaminação dos preços pela indexação. Pode usar o núcleo sem maiores contra indicações. É grande equívoco defender a vigência em bruto também, por aqui, do sistema em uso nos Estados Unidos.

Quase sempre, quem quer reformar o sistema de metas de **inflação** se limita a atacar os sintomas e não as causas, que não se limitam à indexação.

O PT, em suas Diretrizes para o futuro, defende não apenas o fim da autonomia do Banco Central (e da política de juros).

Quer, também, rever a meta de **inflação**. Entende que a meta, de 3% em doze meses, hoje em vigor, é baixa demais e, assim, exige juros altos para ser cumprida. A proposta é de aumentar essa meta para que a Selic possa ser mais baixa.

Também o PT não quer agir sobre as causas da **inflação**, que são as excessivas despesas do governo, que despeja dinheiro demais na economia. Não quer atacar a febre; quer mudar a escala do

termômetro. | I Setembro de 2025 O Banco Central rejeita a compra do Banco Master pelo BRB (Banco de Brasília), encerrando uma análise regulatória que havia começado em março de 2025. O Master cresceu oferecendo CDBs com taxas acima da média do mercado, amparados na segurança oferecida pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC).

I Outubro de 2025 Com a compra barrada, aumenta a desconfiança sobre a capacidade do Master de honrar compromissos financeiros, devido às dificuldades para levantar recursos; vencimentos relevantes de CDBs; dependência do Fundo Garantidor de Créditos (FGC); tentativa frustrada de venda ou socorro privado.

I Novembro de 2025 PF deflagra a Operação Compliance Zero, mirando negociações entre BRB e Master.

As investigações passaram a apurar a possível venda de carteiras de crédito sem lastro; suspeitas de fraudes contábeis; compras de ativos sem respaldo adequado; indícios de gestão fraudulenta. O então presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, acabou afastado judicialmente e depois demitido. No dia 17 de novembro, Vorcaro foi preso no aeroporto de Cumbica, quando tentava embarcar para a Europa em um jato particular. No dia seguinte, o banco foi liquidado.

Vorcaro foi solto no dia 29 do mesmo mês.

I Março de 2026 O banqueiro foi preso pela segunda vez no dia 4 de março, na terceira fase da Operação Compliance Zero, por ordem do ministro do STF André Mendonça, depois que a PF entregou provas de que Vorcaro mantinha um braço armado, usado para ameaçar adversários e para invadir sistemas de informática dos órgãos de investigação.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ministra vota por manutenção de regras

» **VANILSON OLIVEIRA**

Após um longo discurso, que durou quase duas horas, a ministra Cármen Lúcia, relatora, no Supremo Tribunal Federal (STF), dos cinco processos que tratam das regras de redistribuição dos royalties do petróleo e do gás natural no país, votou pela manutenção das regras atuais de partilha, nas quais os recursos são destinados apenas aos estados e municípios produtores. Por pedido de vista do ministro Flávio Dino, o julgamento, que tramita há 13 anos, foi suspenso.

"Eu tenho para mim que o artigo 3º da Constituição não pode ser interpretado como uma distribuição obrigatória, igualitária e exata dos recursos, incluindo os recursos naturais nacionais, notadamente pelas peculiaridades dos entes confrontantes, que sofrem ônus ambientais, ônus administrativos e ônus financeiros das populações na exploração desses recursos" disse a relatora, em seu voto.

Em 2013, a ministra proferiu uma medida cautelar suspendendo a eficácia da Lei nº 12.734/2012, que modificava os critérios de repartição dos royalties entre estados e municípios, permitindo a redistribuição dos royalties do petróleo e do gás natural para entes da Federação não produtores. Com isso, o modelo anterior de distribuição foi mantido ao longo dos últimos 13 anos e aguarda definição definitiva pelo plenário da Corte. A ação foi apresentada pelo então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, que, naquele ano, chegou a promover diversas manifestações populares no estado, reunindo milhares de pessoas em defesa da suspensão da redistribuição.

Ontem, Cármen Lúcia ressaltou que, embora eventuais danos ambientais decorrentes da exploração em mar aberto possam atingir outros entes da Federação - como argumentaram representantes dos estados que pleiteiam parte dos recursos -, "os prejuízos maiores e constantes se concentram, principalmente, nas regiões de exploração e, sobre isso, não ficou dúvida para mim", frisou.

Julgamento adiado

Ao pedir vista dos autos do processo, Dino elogiou o trabalho da relatora, afirmando que ela trouxe "luzes" ao debate, mas disse que houve mudanças normativas e que não se sentia à vontade para votar neste momento. O ministro fez uma breve introdução,

recapitulando que acompanha o tema desde 2008, ainda quando era deputado federal. Lembrou também que participou de audiências de conciliação conduzidas pelo ministro Dias Toffoli, quando ele presidia a Corte.

"Abstratamente, há quase duas décadas, eu estaria pronto para o tema. Ocorre que a ministra Cármen demonstrou mudanças tanto no programa normativo quanto no âmbito normativo. Mudanças fáticas e normativas. Mudanças na reforma tributária", afirmou.

Entidade celebra

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) comemorou o voto da ministra Cármen Lúcia pela

inconstitucionalidade da redistribuição dos royalties do petróleo e do gás natural. Em nota divulgada ontem, a entidade afirmou que a decisão representa "o reconhecimento do pacto federativo e do direito constitucional de compensação do estado do Rio de Janeiro".

Segundo a federação, o voto da relatora reforça argumentos defendidos pela entidade ao longo da tramitação da ação, entre eles o fato de os estados produtores abrirem mão da arrecadação de ICMS sobre a venda do petróleo na origem. "Conforme análise da federação, com base nos números de 2025, o estado do Rio de Janeiro contribuiu com cerca de R\$ 64 bilhões em ICMS pagos a outros estados do país ao longo do ano passado" destaca o documento.

Apesar do posicionamento favorável da ministra, a nota, assinada pelo presidente da Firjan, Luiz César Caetano, demonstra preocupação com o pedido de vista feito pelo ministro Flávio Dino, que, segundo o regimento, tem 90 dias corridos para devolver o processo, permitindo que o caso volte a ser julgado definitivamente. "Esperá-vamos uma decisão definitiva para essa situação que aflige o Rio de Janeiro. Mas seguimos confiantes no STF, em sua missão de resguardar e proteger a Constituição" afirmou Caetano.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2026/05/08/all.pdf>

Zona Franca de Manaus atrai mais negócios

Praticamente o único lugar no país onde as empresas poderão se beneficiar de incentivos fiscais a partir de 2033, a Zona Franca de Manaus tem atraído interesse crescente a partir da regulamentação da **reforma tributária**. Em apenas uma reunião do conselho de administração da Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus), em 30 de março deste ano, foram aprovados 38 projetos de implantação de empresas na região - quase a metade do total autorizado ao longo de todo o ano de 2025 (78 projetos).

Depois de dois anos de quase estabilidade (2023 e 2024), o número de projetos aprovados pelo conselho voltou a crescer em 2025. Paralelamente, a regulamentação da **reforma tributária** começou em janeiro de

2025, com a sanção da Lei Complementar 214/25. Posteriormente, em janeiro deste ano, a regulamentação avançou com a ratificação de outra lei complementar (215/26).

Disposta a aproveitar os benefícios fiscais da zona franca, a fabricante de equipamentos de comunicação e segurança Intelbras anunciou no fim de abril a compra de um novo terreno em Manaus por R\$ 19,4 milhões para apoiar o aumento da sua capacidade produtiva. A empresa está em Manaus desde 2009.

"Como temos redução de Imposto de Importação e depois zero de IPI, estamos falando de benefícios importantes contra um importado", disse ao Valor gerente-executivo de relações com investidores da Intelbras, Bruno Teixeira, em março. Para ele, a escala industrial e os incentivos fiscais tornam o polo praticamente obrigatório para a produção em grande volume.

Simone Santos, sócia-diretora da consultoria imobiliária Binswanger Brazil, afirma que os condomínios logísticos de alto padrão da região de Manaus estão totalmente locados a mais de R\$ 30 por metro quadrado ao mês, mesmo patamar da média nacional para o setor. São apenas 308 mil metros quadrados de área locável.

"A demanda por galpões continua concentrada em indústrias atraídas pelos incentivos fiscais, mas começa a ganhar um novo componente: as empresas de "ecommerce", que passaram a disputar espaços de galpões para locação", diz Santos. É uma mudança em relação ao histórico da região, de receber galpões majoritariamente para uso industrial, construídos com

capital próprio das indústrias. (RC, com colaboração de Ana Luiza Tieghi, Victor Meneses e Nelson Rocco)

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Ministra Carmen Lúcia vota por manutenção de regras

Vanilson Oliveira +

Após um longo discurso, que durou quase duas horas, a ministra Cármen Lúcia, relatora, no Supremo Tribunal Federal (STF), dos cinco processos que tratam das regras de redistribuição dos royalties do petróleo e do gás natural no país, votou pela manutenção das regras atuais de partilha, nas quais os recursos são destinados apenas aos estados e municípios produtores. Por pedido de vista do ministro Flávio Dino, o julgamento, que tramita há 13 anos, foi suspenso.

Eu tenho para mim que o artigo 3º da Constituição não pode ser interpretado como uma distribuição obrigatória, igualitária e exata dos recursos, incluindo os recursos naturais nacionais, notadamente pelas peculiaridades dos entes confrontantes, que sofrem ônus ambientais, ônus administrativos e ônus financeiros das populações na exploração desses recursos , disse a relatora, em seu voto.

Em 2013, a ministra proferiu uma medida cautelar suspendendo a eficácia da Lei nº 12.734/2012, que modificava os critérios de repartição dos royalties entre estados e municípios, permitindo a redistribuição dos royalties do petróleo e do gás natural para entes da Federação não produtores. Com isso, o modelo anterior de distribuição foi mantido ao longo dos últimos 13 anos e aguarda definição definitiva pelo plenário da Corte. A ação foi apresentada pelo então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, que, naquele ano, chegou a promover diversas manifestações populares no estado, reunindo milhares de pessoas em defesa da suspensão da redistribuição.

Ontem, Cármen Lúcia ressaltou que, embora eventuais danos ambientais decorrentes da exploração em mar aberto possam atingir outros entes da Federação - como argumentaram representantes dos estados que pleiteiam parte dos recursos -, os prejuízos maiores e constantes se concentram, principalmente, nas regiões de exploração e, sobre isso, não ficou dúvida para mim , frisou.

Julgamento adiado

Ao pedir vista dos autos do processo, Dino elogiou o trabalho da relatora, afirmando que ela trouxe luzes ao debate, mas disse que houve mudanças normativas e

que não se sentia à vontade para votar neste momento. O ministro fez uma breve introdução, recapitulando que acompanha o tema desde 2008, ainda quando era deputado federal. Lembrou também que participou de audiências de conciliação conduzidas pelo ministro Dias Toffoli, quando ele presidia a Corte.

Abstratamente, há quase duas décadas, eu estaria pronto para o tema. Ocorre que a ministra Cármen demonstrou mudanças tanto no programa normativo quanto no âmbito normativo. Mudanças fáticas e normativas. Mudanças na **reforma tributária** , afirmou.

Entidade celebra

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) comemorou o voto da ministra Cármen Lúcia pela inconstitucionalidade da redistribuição dos royalties do petróleo e do gás natural. Em nota divulgada ontem, a entidade afirmou que a decisão representa o reconhecimento do pacto federativo e do direito constitucional de compensação do estado do Rio de Janeiro .

Segundo a federação, o voto da relatora reforça argumentos defendidos pela entidade ao longo da tramitação da ação, entre eles o fato de os estados produtores abrirem mão da arrecadação de ICMS sobre a venda do petróleo na origem. Conforme análise da federação, com base nos números de 2025, o estado do Rio de Janeiro contribuiu com cerca de R\$ 64 bilhões em ICMS pagos a outros estados do país ao longo do ano passado , destaca o documento.

Apesar do posicionamento favorável da ministra, a nota, assinada pelo presidente da Firjan, Luiz César Caetano, demonstra preocupação com o pedido de vista feito pelo ministro Flávio Dino, que, segundo o regimento, tem 90 dias corridos para devolver o processo, permitindo que o caso volte a ser julgado definitivamente. Esperávamos uma decisão definitiva para essa situação que aflige o Rio de Janeiro. Mas seguimos confiantes no STF, em sua missão de resguardar e proteger a Constituição , afirmou Caetano.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2026/05>

[/7414942-ministra-carmen-lucia-vota-por-manutencao-de-regras.html](#)

Setor aéreo reajustou passagens 9 vezes desde início da guerra, diz Azul

LUCIANA DYNIEWICZ ELISA CALMON

As companhias aéreas reajustaram suas tarifas nove vezes desde 28 de fevereiro, quando teve início a guerra no Oriente Médio, que provocou uma alta de até 100% no preço do combustível de aviação (QAV), de acordo com o presidente da Azul, Abhi Shah. Ao todo, foram oito reajustes de 10% e um de 15%. "No ano passado, tivemos apenas três aumentos tarifários. Neste ano, foram nove", disse ontem o executivo em conferência com analistas do mercado financeiro.

Os reajustes, porém, não significam que o preço da passagem aumentou mais de 160%.

As empresas elevam suas tarifas em um dia e observam o comportamento da demanda.

Se, no dia seguinte, houver uma queda na compra de passagens, elas vão recuando até atingirem um ponto de equilíbrio. Assim, o aumento médio das tarifas desde o começo da guerra é pouco superior a 20%.

Apesar da alta no preço das passagens, a demanda continua, diz Shah, especialmente no segmento corporativo e nas compras de última hora feitas por agências de viagem. As tarifas médias reservadas da companhia estão 30% acima do registrado no mesmo período do ano passado, ainda segundo o executivo.

Ainda que as reservas estejam crescendo, a Azul reduziu sua oferta de capacidade diante do cenário adverso para o setor. No primeiro trimestre do ano, houve queda de 2,7% no ASK (indicador usado pela indústria para mensurar assentos- quilômetros oferecidos).

A projeção inicial da empresa era que a oferta crescesse 1% neste ano. Hoje, porém, um recuo está no radar. "Aquele crescimento de cerca de 1% previsto para o ano muito provavelmente agora será negativo", disse Shah.

Sobre o crédito de até R\$ 1 bilhão para as aéreas que deverá ser oferecido pelo governo, o diretor financeiro da Azul, Antonio Carlos Garcia, afirmou que a companhia analisa linhas do setor privado e público.

"Estamos avaliando as melhores opções para a Azul obter esses recursos, seja do governo ou de bancos

privados." O socorro financeiro às companhias aéreas prevê uma linha de até R\$ 1 bilhão, com garantia do governo. Conforme documentos obtidos pelo Estadão/Broadcast, o crédito deverá ter o limite por beneficiário equivalente a 1,6% do faturamento bruto anual de 2025 da empresa ou do grupo econômico que contratá-lo. O teto estudado é de R\$ 330 milhões por companhia ou conglomerado.

A União assumirá o risco integral das operações, conforme o modelo em gestação.

De acordo com André Castellini, sócio da consultoria Bain Company e especialista no setor, a disparada no preço do querosene de aviação (QAV) em razão da guerra no Oriente Médio impacta diretamente as companhias aéreas, já que os combustíveis costumam representar de 35% a 40% dos custos das empresas.

A Latam, por exemplo, afirma que pagava cerca de US\$ 90 pelo barril de querosene de aviação no começo deste ano. Para o segundo e o terceiro trimestres, a estimativa da companhia é de que o preço fique ao redor de US\$ 170, um aumento de 89%. A empresa espera que a cotação caia para US\$ 150 no fim do ano.

A linha de crédito com aval do Tesouro destina-se ao capital de giro e complementa outra iniciativa anunciada pelo governo federal em abril, que conta com recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) no valor total de até R\$ 7,5 bilhões para as três grandes companhias aéreas (Azul, Gol e Latam) e foco na reestruturação financeira das empresas.

No caso da linha de R\$ 1 bilhão, falta ainda a regulamentação pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), responsável por definir as condições financeiras e elegibilidade.

O colegiado se reúne ordinariamente uma vez por mês, geralmente na última quinta-feira do mês, mas pode fazer reuniões extraordinárias para deliberar sobre assuntos urgentes.

A proposta de minuta de resolução é datada de terça-feira, 4. Pelo texto da proposta, em caso de inadimplência, além do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), incidirão juros de mora de 1% ao mês (ou fração) e multa de 2%, nos pagamentos

parciais, sobre os valores amortizados, e na liquidação final, sobre o saldo devedor.

RESULTADO. A Azul registrou prejuízo líquido ajustado de R\$ 44,4 milhões no primeiro trimestre de 2026, uma melhora de 97,6% em relação ao prejuízo de R\$ 1,8 bilhão reportado em igual período de 2025. Esse é o primeiro balanço da companhia após a saída do Chapter 11, equivalente à recuperação judicial nos EUA, em fevereiro.

O Ebitda (lucro antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização) da companhia cresceu 22,6%, atingindo R\$ 1,69 bilhão - recorde para um primeiro trimestre, segundo a Azul. A margem Ebitda ficou em 31,1%, avanço de 5,4 pontos porcentuais. |

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Lula e Trump têm reunião "sem tabus" e disposição para parcerias

Alexandra Bicca Valor, de Washington Lu Aiko Otta, de Brasília)

A primeira reunião bilateral nos EUA entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o americano Donald Trump foi marcada pela discussão de "assuntos que pareciam tabus" e pela promessa de que o Brasil está disposto a fazer parcerias com diferentes países, sem restrições geopolíticas, segundo o petista.

"Volto ao Brasil mais otimista. Acho que o presidente Trump também ficou otimista e espero que as coisas comecem a avançar", disse Lula em entrevista coletiva nesta quinta-feira (7) em Washington, após reunião bilateral seguida de almoço com Trump. O encontro era esperado para ocorrer em março, mas, devido ao envolvimento dos EUA em conflitos internacionais, a data foi alterada.

Segundo Lula, a conversa não evitou assuntos complexos, mas dois temas que se tornaram alvo dos EUA contra o Brasil (Pix e classificação de facções criminosas como terrorismo) não foram abordados no encontro.

O presidente ressaltou que o Brasil está aberto a construir parcerias internacionais com diferentes países, sem restrições geopolíticas, em referência a terras raras. "A única coisa que ele [Trump] precisa saber é o seguinte: o Brasil está disposto a construir parcerias onde eles quiserem construir parceria. Não há veto aos Estados Unidos, como também não há veto à China, à França, à Índia ou à Alemanha."

O presidente brasileiro disse que ao contrário do que aconteceu no passado, com minerais como ouro e prata, desta vez o Brasil terá um comportamento diferente. "Não queremos ser meros exportadores de minerais", disse, e completou: "Queremos que o Brasil seja o grande ganhador", em referência ao beneficiamento e refino de minerais críticos no Brasil.

No encontro, Lula pediu a Trump o fim da investigação aberta contra o Brasil com base na Seção 301 da Lei do Comércio, segundo informou fonte do governo. No entanto, não foram discutidos os temas listados no processo, que vão do Pix ao desmatamento, de big techs a etanol. São práticas supostamente desleais e prejudiciais ao comércio, na visão dos EUA. Assim,

essa investigação pode resultar em tarifas adicionais sobre produtos brasileiros.

Ficou acertado que as equipes técnicas dos dois países vão discutir, ao longo dos próximos 30 dias, os pontos de controvérsia. O debate, disse a fonte, ficará concentrado sobretudo em tarifas, pois há diferentes

entendimentos sobre o nível delas. Ao final, a expectativa do lado brasileiro é que a investigação acabe sem a imposição de tarifas.

A investigação da Seção 301 é o ponto de atenção mais imediato do Brasil, pois poderá resultar, na prática, em um novo "tarifaço". Nesse processo, os negociadores têm apresentado dados para justificar as práticas brasileiras. As reuniões têm caminhado bem, o que aumenta o otimismo no governo.

Em relação às tarifas, o presidente Lula disse que reforçaram a vantagem dos EUA na balança comercial com o Brasil. Buscaram esclarecer ainda que a média de tarifas

do Brasil é de 2,7% para os produtos dos EUA, mas o representante de Comércio americano, Jameson Greer, presente ao encontro, parece ter atuado como o "bad cop" do diálogo apontando percentuais maiores. Ficou acertado que as equipes dos dois governos vão trabalhar por mais 30 dias para avançar nas negociações sobre tarifas de importação sobre produtos brasileiros.

Segundo Lula, durante a conversa ele falou a Trump sobre a importância de os EUA voltarem a "ter interesse nas coisas do Brasil". Ele afirmou ter falado a Trump que tanto EUA como a União Europeia deixaram de perceber a importância da América Latina, citando como exemplo a falta de interesse de empresas americanas em licitações de obras públicas no Brasil.

Em relação às facções criminosas brasileiras, Lula disse que o tema não foi discutido no encontro. No entanto, o presidente afirmou que o combate ao crime organizado sim foi discutido, Lula destacou que o Brasil tem expertise no assunto e sugeriu que essa seja uma ação conjunta entre diversas nações

não cabendo a um ou outro país fazer isso

isoladamente.

"Eu disse para ele [Trump] que nós [Brasil] estamos dispostos a construir um grupo de trabalho com todos os países da América do Sul, com todos os países da América Latina e, quiçá, com todos os países do mundo para criar um grupo forte de combate ao crime organizado. Não é a hegemonia de um país ou de outro querer combater o crime organizado. É uma coisa que tem que ser compartilhada com todos."

O assunto também foi abordado pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan, que destacou que ações de cooperação entre Brasil e EUA no combate ao crime organizado e defendeu a ampliação de ações conjuntas entre os países para melhorar os resultados. Segundo ele, na área **aduaneira**, a troca de dados entre maio de 2025 e abril de 2026 resultou na apreensão de meia tonelada de armas e uma tonelada de drogas sintéticas provenientes dos EUA.

Sobre eventual intervenção do presidente americano nas eleições brasileiras, Lula disse acreditar que Trump irá se "comportar como

presidente dos Estados Unidos, deixando que os brasileiros decidam". E reforçou que ele, como presidente do Brasil, respeita Trump por ele ter sido eleito pelo povo dos Estados Unidos. O presidente disse ainda que os apoios eleitorais no Brasil não entram na pauta de suas conversas com nenhum presidente. A agenda ocorreu em um momento em que o governo Lula enfrenta desaprovação. De olho no pleito de outubro, o presidente quer usar a defesa dos interesses nacionais como instrumento para reverter esse cenário.

Pelo lado americano, Trump afirmou em suas redes que considerou a reunião "muito boa" e não descartou novos encontros com Lula, a quem se referiu como "alguém muito dinâmico". "Tivemos uma ótima reunião com o presidente do Brasil. Estamos fazendo muito comércio e vamos aumentar esse comércio ainda mais. Falamos sobre tarifas. Falamos também que, você sabe, eles gostariam de algum alívio nas tarifas. Mas tivemos uma reunião muito boa. Ele é um bom homem. É um cara inteligente", escreveu Trump.(Colaborou

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Governo Lula testa clima no Congresso para revogação de "taxa das blusinhas"

Beatriz Roscoe e Jéssica Sant"Ana

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem consultado parlamentares sobre o apoio para a revogação da chamada "taxa das blusinhas", que prevê a cobrança de imposto de importação sobre compras internacionais de até US\$ 50. O tema ainda enfrenta resistências dentro da equipe econômica do governo, mas a leitura é que, se houver apoio do Congresso, a medida poderia sair do papel.

O Valor apurou que integrantes do Palácio do Planalto defendem a edição de uma medida provisória (MP) para revogar a taxa, mas os ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) ainda são contrários à ideia. Procurados, Planalto, Fazenda e Mdic não retornaram.

O entendimento da área econômica é que o programa Remessa Conforme, que contempla a taxa das blusinhas, é importante para o controle aduaneiro e para proteger a indústria e o comércio nacionais, que sofriam com a concorrência de produtos vindos, principalmente, da China, sem nenhum controle. O impacto fiscal da revogação da medida é considerado "baixo", segundo interlocutores do governo ouvidos pelo Valor. Em 2025, o governo arrecadou R\$ 5 bilhões com a cobrança, contra R\$ 2,8 bi em 2024.

Há dúvidas, contudo, se a equipe econômica terá forças para barrar uma derrubada da taxa. Na época em que foi criada a cobrança, o então ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o então presidente da Câmara dos

Deputados, Arthur Lira (PP-AL), se envolveram pessoalmente na defesa de medida, mesmo diante da avalanche de críticas nas redes sociais e da pressão do setor nacional. O cenário agora é outro, e a pressão por medidas que elevem a popularidade do presidente Lula em ano eleitoral cresce.

O Valor apurou que o atual presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), já indicou

ao governo que dificilmente conseguirá frear o tema no Congresso no ano eleitoral, caso o Executivo envie o projeto sobre o assunto. A avaliação no entorno do paraibano é que ficou mais forte a posição dentro do

Executivo que defende a revogação da taxa.

Aliados do presidente da Câmara afirmam que ele tem buscado medir a temperatura política da Casa antes de qualquer

avanço da discussão, e que pretende conversar com líderes partidários, além de representantes do varejo e da indústria nacional. A leitura que Motta tem compartilhado é que, em ano eleitoral, há enorme dificuldade política para o Congresso sustentar uma posição favorável à manutenção de **impostos** sobre compras populares, porque a medida atinge diretamente consumidores de menor renda.

Motta avalia que o governo, caso decida encampar oficialmente a revogação, tende a encontrar ambiente receptivo no Parlamento - embora considere indispensável calibrar os impactos sobre a produção nacional. O presidente da Câmara também tem citado, em conversas reservadas, exemplos do impacto da concorrência chinesa sobre polos produtivos tradicionais do país diante da entrada de produtos importados mais baratos.

O líder do governo na Câmara, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), afirmou ao Valor que ainda não há um debate conclusivo sobre a revogação da taxa dentro do governo e reconheceu que existem posições divergentes sobre o tema. Apesar disso, ele defendeu o fim da cobrança como uma posição pessoal e criticou a diferença de tratamento entre consumidores de baixa renda e passageiros que viajam ao exterior.

"Não tem sentido a pessoa que vai pro exterior e chega no aeroporto e tem condições de trazer tudo que ela traz sem pagar nada, enquanto o cidadão mais humilde, que a única condição que ele tem é comprar pela internet, seja obrigado a pagar uma taxa", argumentou. Pimenta ressaltou que atualmente há isenção de até US\$ 1 mil para quem chega do exterior, enquanto consumidores que fazem compras menores pela internet precisam pagar imposto. "Então, no mínimo, nós teríamos que ter uma situação equivalente, porque hoje essa lógica só funciona para os pobres", afirmou.

A chamada "taxa das blusinhas" é uma alíquota de 20% sobre o Imposto de Importação aplicada a compras internacionais de até US\$ 50, criada com o

intuito principal de reduzir assimetrias tributárias entre plataformas estrangeiras e produtores e varejistas nacionais. A medida foi amplamente apoiada pelos setores têxtil e varejista nacionais.

Segundo estudo da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), a "Taxa das Blusinhas" impediu a entrada de R\$ 4,5 bilhões em produtos importados, e ajudou a preservar mais de 135,8 mil empregos e R\$ 19,7 bilhões na economia brasileira.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Produção deve elevar receita da Petrobras, dizem analistas

Kariny Leal Do Rio

Com a disparada da cotação do petróleo e recordes na produção, a Petrobras deve apresentar melhora nos resultados do primeiro trimestre, conforme analistas. A valorização de cerca de 23% do petróleo no trimestre deve ampliar o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) da estatal, segundo o Itaú BBA. A petroleira divulga balanço na segunda-feira (11), depois do fechamento dos mercados. Há ainda expectativa de distribuição de dividendos.

O Ebitda da Petrobras deve ficar em torno de R\$ 66,1 bilhões no primeiro trimestre, conforme cálculos do Valor com base em projeções de quatro bancos, alta de 8,3% em base anual. A receita deve subir 10,3%, para cerca de R\$ 135,8 bilhões. O lucro líquido deve cair 16,9%, para R\$ 29,2 bilhões.

A última linha do balanço deve sofrer com impactos da variação do câmbio, que causa reflexos em diferentes pontos do resultado. O efeito sobre a dívida pode ser positivo, uma vez que os valores em dólar ficam mais baixos quando convertidos ao real, devido à apreciação da moeda brasileira. Já o resultado operacional sofre impacto negativo, pois as receitas em dólar com as exportações de óleo ficam menores em reais quando a moeda brasileira se valoriza. Em contrapartida, há também a apreciação do petróleo, que estava a cerca de US\$ 75,66 na média do primeiro trimestre de 2025. No último dia do primeiro trimestre deste ano, o barril do tipo Brent fechou a US\$ 103,97.

A maior projeção de Ebitda é do Citi, de R\$ 68,6 bilhões, e a menor é do UBS BB, de R\$ 64,9 bilhões. Na receita, a maior estimativa, de R\$ 142,8 bilhões, vem do UBS BB, e a menor, de R\$ 131,8 bilhões, da Ativa Investimentos. No lucro líquido, a maior estimativa é do UBS BB, de R\$ 32,6 bilhões, e a menor é do Itaú BBA, de R\$ 23,4 bilhões.

A produção de petróleo, líquido de gás natural (LGN) e gás natural total da Petrobras no Brasil e no exterior no primeiro trimestre, de 3,225 milhões de barris de óleo equivalente (BOE) por dia, representou o novo recorde trimestral para a companhia.

O aumento foi de 16,1% em relação a igual período do

ano passado. A companhia atribui o avanço à maior produção das plataformas P-78, no campo de Búzios, Alexandre de Gusmão, no campo de Mero, Anna Nery e Anita Garibaldi nos campos de Marlim e Voador. O recorde anterior era de 3,14 milhões de barris por dia, do terceiro trimestre do ano passado.

A Petrobras também teve alta, de 16,4%, na produção de petróleo, líquido de gás natural (LGN) e gás natural no Brasil no primeiro trimestre, para 3,197 milhões de barris de óleo equivalente por dia.

As refinarias da Petrobras fecharam o primeiro trimestre com fator de utilização médio de 95%, acima do patamar de 90% dos três primeiros meses do ano passado. As vendas de derivados no mercado interno somaram 1,74 milhão de barris por dia no primeiro trimestre, alta de 2,8% frente ao 1,69 milhão de barris por dia de igual período do ano passado.

Para o UBS BB, os volumes inferiores no refino, com corte do preço da gasolina em janeiro e a estabilidade do preço do diesel até o ajuste no meio de março, devem pressionar os resultados.

A produção da Petrobras no primeiro trimestre foi vista como uma "surpresa positiva", segundo o banco, o que deve levar ao anúncio de US\$ 2,3 bilhões em dividendos, nas contas da instituição. "Mantemos visão positiva sobre a Petrobras, apoiada pela forte geração de caixa e dividendos sólidos, que continuam entre os mais elevados do setor global e são um dos mais sensíveis à variação dos preços do Brent, com riscos de alta caso não haja avanços nas negociações no Oriente Médio." Ainda assim, o UBS BB não vê como provável o anúncio de dividendos extraordinários.

Para a Ativa, o resultado do refino deve refletir o recuo das vendas, sobretudo de diesel e gasolina, o que foi parcialmente compensado pela maior utilização das refinarias e a menor dependência de diesel importado. "A dinâmica de preços teve contribuição limitada no trimestre, dado que a gasolina permaneceu estável e o reajuste do diesel ocorreu a partir de 14 de março", disse a corretora.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Guerra e juros prejudicam BrasilAgro

Cibelle Bouças De Belo Horizonte

A disputa entre Estados Unidos e Irã pelo Estreito de Ormuz, com impacto em fretes, e a queda dos juros no Brasil mais lenta que o esperado pressionaram os resultados da Brasilagro no terceiro trimestre do ano-safra 2025/26, encerrado em 31 de março. A companhia, focada no desenvolvimento e comercialização de terras e produção de grãos, cana-de-açúcar, algodão e gado bovino, teve prejuízo líquido de R\$ 14,3 milhões. Um ano antes, o resultado líquido havia ficado negativo em R\$ 1,09 milhão.

O prejuízo ajustado antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) foi de R\$ 28,6 milhões no trimestre - um ano antes, o Ebitda foi negativo em R\$ 5,1 milhões.

A receita líquida total caiu 14%, para R\$ 145,8 milhões. "Com a guerra, houve pressão nos custos do frete. A gente decidiu não transportar tanta soja no trimestre, na expectativa que a guerra ia terminar em seis semanas, o que não aconteceu", afirmou Gustavo Lopez, diretor financeiro da Brasilagro. Os custos de frete, acrescentou, subiram de 12% a 15%.

Segundo Lopez, a companhia tem capacidade para vender 70 mil toneladas de soja por trimestre. No terceiro trimestre, as vendas foram de 55,4 mil toneladas. A BrasilAgro vai buscar agora alternativa para diluir os custos logísticos. Uma hipótese é combinar a entrega de soja no porto com a compra de fertilizante importado.

No trimestre, a receita com soja recuou 8%, para R\$ 95,8 milhões, acompanhando a queda de 8% no volume vendido. "A safra no Brasil foi muito próxima do que a gente esperava. E vamos ter um ano muito bom no Paraguai", disse Lopez.

O resultado financeiro ficou negativo em R\$ 14,8 milhões, contra perda de R\$ 17,3 milhões um ano antes, em decorrência de despesas maiores com juros e perdas com derivativos de R\$ 4,9 milhões.

Em março, a Brasilagro vendeu 921 hectares da Fazenda Morotí, no Paraguai, por US\$ 1,5 milhão. "O mercado está muito líquido, principalmente no Maranhão, Piauí e na Bahia. Já em Mato Grosso teve muita devolução de áreas de arrendamento", disse Lopez. Ele vê oportunidades de venda de fazendas nos próximos meses. Ao todo, a Brasilagro possui área útil total de 252.425 hectares.

A companhia reduziu em 4% a projeção para produção na safra 2025/26 em relação à estimativa inicial, devido à queda da área plantada com milho de inverno e feijão. Chuvas atrasaram o plantio da segunda safra de milho, com perda da janela ideal de cultivo.

Ana Paula Zerbinati, diretora de relações com investidores da companhia, disse que o fenômeno climático El Niño deve afetar a produção da safra 2026/27. "Temos uma estratégia mais defensiva, com menos sementes precoces e eliminando algumas áreas que historicamente têm uma produtividade menor", afirmou.

Até abril, a empresa havia adquirido 69% do cloreto de potássio que espera usar na safra 2026/27 e 43% dos fosfatados. A Brasilgro ainda não adquiriu defensivos, fertilizantes nitrogenados, nem o nitrogênio, fósforo e potássio (NPK) formulado. Um ano antes, a empresa havia adquirido 50% do cloreto de potássio, 45% dos fosfatados, 10% de NPK formulado e de defensivos. Lopez disse que a valorização do real tem compensado o aumento dos custos de insumos.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Condomínio precisa autorizar aluguel por curta temporada

Marcela Villar De São Paulo

A 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o aluguel de imóveis por curta temporada precisa de autorização do condomínio - a regra seria a vedação. Em placar apertado, de 5 a 4, prevaleceu o voto da relatora, ministra Nancy Andrighi. Ela entendeu que esse tipo de aluguel é "atípico" porque desvirtua a natureza residencial do imóvel, já que se torna uma exploração econômica. Por isso, só pode ser feito se aprovado por dois terços dos condôminos, em assembleia. Cabe recurso.

Como a decisão não foi dada em recurso repetitivo, não é um precedente que vincula o Judiciário, mas consolida o entendimento das duas turmas de direito privado da Corte. Portanto, o precedente deve orientar as instâncias inferiores.

O caso é relevante para o Airbnb, parte interessada no processo. A empresa tem enfrentado derrotas tanto no STJ - a atual jurisprudência da Corte lhe é desfavorável - quanto no mundo. Algumas capitais na Europa, como Berlim, Lisboa e Barcelona, assim como Nova York, nos Estados Unidos, têm imposto restrições à essa modalidade de locação.

A decisão do STJ se alinha com um dos projetos de lei da reforma do Código Civil, o nº 4/2025, atualmente no Senado. O artigo 1336 diz que, em condomínios residenciais, donos da unidade habitacional "salvo autorização expressa na convenção ou por deliberação assemblear, não poderão utilizá-la para fins de hospedagem atípica, seja por intermédio de plataformas digitais, seja por quaisquer outras modalidades de oferta".

A Airbnb é representada pelo exministro da Justiça e ex-advogado geral da União José Eduardo Cardozo, hoje sócio do Martins Cardozo Advogados Associados. Na sustentação oral, ele disse que a restrição do aluguel por temporada pode gerar danos à economia brasileira. Isso porque o Airbnb, em 2024, teria movimentado R\$ 100 bilhões, além de empregar 627 mil pessoas e ter pago R\$ 8 bilhões em **tributos**. "As restrições, atingem, assim, a economia do país, os cofres públicos".

O advogado também disse que o Airbnb responde hoje por 5,2% da atividade turística do Brasil e que

46% dos locadores usam essa renda para se sustentar. Além disso, a plataforma ajudaria a desenvolver o turismo em locais onde não há atividade hoteleira, uma vez que, segundo ele, 650 mil locatários usaram o site onde não havia hotéis.

No julgamento, os ministros discutiram se o contrato de aluguel por curta temporada tem natureza jurídica de locação residencial ou de hotelaria (REsp 2121055). A relatora, ministra Nancy Andrighi, entendeu que ele é "atípico", porque há "exploração econômica" e "profissionalização do serviço", sobretudo por plataformas digitais, como o Airbnb.

Na visão da ministra, deve ser aplicado o artigo 1351 do Código Civil, que prevê que a mudança de destinação do edifício ou da unidade imobiliária - de residencial para comercial ou para exploração econômica de curta temporada - depende da aprovação de dois terços dos votos dos condôminos, conforme alteração pela Lei nº 14.405/2022.

Para a relatora, é preciso considerar que aluguel por plataformas digitais traz alta rotatividade aos condomínios, o que pode comprometer a segurança e salubridade. Ela lembrou de precedentes da 3ª e 4ª Turmas do STJ, que permitiram a vedação, mas entenderam que não havia descaracterização da natureza residencial. Nancy entendeu que sim, por conta da exploração econômica.

"Ambas as turmas do direito privado entendem que mera disponibilização de imóvel em plataformas digitais não descaracteriza a natureza residencial do imóvel. É possível que preenchidos os requisitos formais para tanto, um condômino ofereça seu apartamento para locação residencial por temporada ou não, utilizando tal meio. Contudo, a reiterada exploração econômica e profissionalização desse serviço, essa sim, descaracterizam a destinação residencial", afirmou.

A ministra destacou dois julgados. Um deles foi o da 4ª Turma, que julgou a locação por curta temporada de múltiplos aposentos em um mesmo apartamento. A decisão foi que existindo previsão no condomínio impondo a destinação residencial do imóvel, seria indevido o aluguel (REsp nº 1.819075).

Já em um julgado da 3ª Turma, os ministros

ressaltaram que é preciso considerar a afetação do sossego, salubridade e segurança causada pela alta rotatividade ao impor a restrição. O acórdão diz que ainda que a "exploração econômica de unidades autônomas mediante locação por curto ou curtíssimo prazo, caracterizada pela eventualidade e pela transitoriedade, não se compatibiliza com a destinação exclusivamente residencial atribuída ao condomínio" (RESP nº 1884483).

A relatora manteve o acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG). Ela foi acompanhada pelos ministros João Otávio de Noronha, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Daniela Teixeira.

O ministro Antonio Carlos Ferreira divergiu, sendo seguido pelos ministros Humberto Martins, Ricardo Villas Bôas Cueva e o desembargador Luís Carlos Gambogi. Eles defenderam que o direito de propriedade, previsto na Constituição Federal, não poderia ser limitado por uma convenção de condomínio e que o dono do apartamento poderia explorá-lo como bem entendesse.

No caso analisado pelos ministros, uma senhora de Minas Gerais que herdou o imóvel do pai queria alugá-lo pelo Airbnb, o que foi vetado pelo síndico. Não havia vedação prevista no condomínio, segundo a advogada que representa a dona do apartamento, Anna Maria da Trindade dos Reis, sócia do Trindade Reis.

Ela defendeu que se o condomínio quisesse estabelecer uma limitação, deveria se reunir em assembleia e aprovar a restrição por votação de dois terços dos presentes. A advogada foi procurada pelo Valor após o julgamento, mas não retornou.

Alexandre Matias, sócio da Advocacia Maciel, concorda com a divergência. Diz que a decisão do STJ fere os princípios do direito civil e a autonomia privada. "Inverte a lógica do

Código Civil de que aquilo que não está proibido, está liberado. A simples utilização de um imóvel em Airbnb não descaracteriza a função social e transforma o uso residencial em comercial", avalia.

Regina Céli Martins, sócia do VBD Advogados, diz que a decisão limita o direito de propriedade, o que é preocupante. "Na prática, acredita-se, apenas os condomínios mais novos, que já previram tal situação em convenção, é que poderão realizar as locações por curtíssima temporada,

ou condomínios em que dois terços dos condôminos alterem a convenção para permitir" diz.

Por meio de nota, o Airbnb diz que "a decisão do STJ refere-se a um caso específico e pontual, não é definitiva e não determina a proibição da locação via Airbnb em condomínios" Para a empresa, "proibir ou restringir a locação por temporada viola o direito constitucional de propriedade de quem aluga o seu imóvel". Neste contexto, diz, o Airbnb tomará as medidas legais cabíveis e seguirá ao lado dos anfitriões. "Esta decisão impacta não só os anfitriões, mas todo o ecossistema que depende dessa renda, como comércios e fornecedores locais", conclui.

Procurada pelo Valor, a defesa do condomínio do Edifício Residencial Saint Tropez, onde fica o apartamento objeto da discussão não foi encontrada.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

STJ valida "Teimosinha" nas execuções fiscais

Beatriz Olivon (Colaborou Luiza Calegari)

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que é válido o uso da "Teimosinha" nas ações de execução fiscal. Essa ferramenta permite, portanto, o bloqueio automático e reiterado de valores em contas bancárias de devedor de **tributos** federais, estaduais ou municipais. A decisão dos ministros foi unânime.

Em 2025, o Judiciário determinou o bloqueio de R\$ 10,13 trilhões em ativos pelo do Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (Sisbajud), do qual faz parte a "Teimosinha". Segundo dados do sistema, no entanto, desse total, foram transferidos R\$ 58,3 bilhões para contas judiciais ao longo do ano passado.

Este ano, até quarta-feira, as ordens de bloqueio somavam R\$ 26,2 bilhões e R\$ 20,9 bilhões já haviam sido transferidos, de acordo com painel do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ele soma os bloqueios feitos por todo o Sisbajud, não somente pela "Teimosinha".

Atualmente, as execuções fiscais são a terceira maior causa de bloqueios. Elas somam 147 mil ordens, atrás apenas do cumprimento de sentença (239 mil) e das execuções de título judicial (223 mil).

Os ministros seguiram o voto do relator, Sérgio Kukina. Ele entendeu que a reiteração automática de ordem de bloqueio via Sisbajud é medida legítima voltada a efetividade da execução. Cabe ao executado, diz ele, indicar a existência de outro meio de cobrança eficaz e menos gravoso. Ainda conforme a decisão, o fim do uso da Teimosinha exige fundamentação concreta, não baseada em argumentos genéricos.

O tema foi julgado por meio de diferentes recursos repetitivos, portanto, deverá ser seguido pelas instâncias inferiores do Judiciário (Tema 1325). O STJ apontou haver ao menos 253 decisões monocráticas sobre o assunto na Corte, além de seis acórdãos.

Em um dos processos (2147428) o Estado de São Paulo alegou "existência de interesse institucional e relevância da controvérsia", pela multiplicidade e repercussão econômica e social das execuções fiscais em seu âmbito. Pediu a legalidade e a viabilidade da

reiteração automática de ordens de bloqueio em execução fiscal. Defendeu que a execução se realiza no interesse do credor, não sendo legítimo ao devedor inadimplente ditar meio menos eficaz.

Já o Estado do Rio Grande do Sul participou após alegar que é um dos maiores usuários do sistema Sisbajud no âmbito de execuções fiscais. Ainda segundo o governo gaúcho, é fundamental assegurar a participação dos Estados na formação do precedente, sob pena de "grave comprometimento da eficiência e da previsibilidade da ordem tributária nacional".

O município de São Paulo também atuou como "amicus curiae". Os casos concretos envolviam o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

Na sessão de julgamento, o relator não leu o voto completo, tampouco foram realizadas sustentações orais, seguindo a praxe da Seção - de economizar tempo quando as sustentações solicitadas são no mesmo sentido do voto do relator e não há destaque ao caso. Mas a decisão se deu por unanimidade.

A chamada "Teimosinha" permite a reiteração automática de ordens de bloqueio via Sisbajud por até 30 dias, sem a necessidade de nova decisão judicial a cada tentativa, o que representa ganho expressivo de efetividade para as Fazendas Públicas, explica a tributarista Rejiane Prado, sócia do Santos e Santana Advogados. De acordo com ela, a prática já era largamente utilizada nas execuções cíveis, mas sua extensão às execuções fiscais gerava divergência nos tribunais.

"O julgamento encerra essa indefinição e deve padronizar as restrições patrimoniais em todo o Brasil, inclusive com bloqueios fora do horário comercial", diz ela.

Para os contribuintes com execuções fiscais em aberto, o impacto é imediato, segundo a advogada. Isso porque, uma vez deferida a penhora pelo juízo, o mecanismo passa a operar de forma contínua e programada, sem intervenção judicial a cada tentativa, o que pode gerar bloqueios sucessivos.

Para a advogada, ao dispensar fundamentação renovada pelo juízo a cada ciclo de bloqueio, o STJ priorizou a eficiência arrecadatória em detrimento da proporcionalidade na execução. A orientação dela para os contribuintes é revisar as estratégias de garantia do juízo, seja por penhora de bens, seguro-garantia ou carta de fiança, para evitar ser surpreendido pelo mecanismo.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Número de endividados bate 4o recorde seguido, diz CNC

Alessandra Saraiva

A parcela de endividados na Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) chegou ao maior nível da série histórica iniciada em 2020. Abril teve o quarto recorde mensal consecutivo, com 80,9% dos consumidores endividados (80,4% em março e 77,6% em abril de 2025).

A confederação chamou atenção para o fato de que o novo recorde, na pesquisa, ocorre em momento de mobilização e atenção do setor público em relação ao tema. Isso porque o governo lançou recentemente o programa Desenrola 2.0, de renegociação de dívidas, lembrou a organização.

"É preciso garantir que os mecanismos de renegociação evitem que este endividamento aprofunde ainda mais a crise de liquidez das famílias", afirmou o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros. No entendimento do executivo, os indicadores da Peic reafirmam importância do debate sobre custo do crédito para diferentes setores da sociedade.

A pesquisa mostra que o endividamento cresceu em todas as faixas de renda. Nas quatro faixas de renda pesquisadas pela CNC, a parcela de endividados nos brasileiros com rendimento de até três salários mínimos mensais subiu de 82,9% para 83,6%, de março para abril, sendo superior à de abril do ano passado (81,1%).

Nas com renda entre três e cinco salários mínimos, a fatia de endividados subiu de 82,6% para 82,8% de março a abril (79% em abril do ano passado).

Nas com renda entre cinco e dez salários mínimos, subiu de 79,2% para 80,1% de março a abril, sendo acima de abril do ano passado (75,7%). Já os com renda acima de dez salários mínimos avançou de 69,9% para 70,8%, sendo superior à de abril de 2025 (67,3%).

A CNC classificou a inadimplência como estável entre março e abril. A fatia de endividados que admitiram débitos em atraso passou de 29,6% para 29,7%. A proporção foi maior do que a de abril do ano passado

(29,1%).

Os inadimplentes sem condições de quitar dívidas permaneceram em 12,3% de março a abril, sendo inferior à de abril do ano passado (12,4%).

As projeções da entidade apontam continuação da elevação do endividamento no próximo mês. O orçamento das famílias deve ser afetado pelo comportamento da **inflação** em itens essenciais como energia e combustíveis.

Outro aspecto apontado sobre o assunto pelo economista-chefe da CNC, Fabio Bentes, foi evolução da taxa básica de juros, em 14,5% ao ano. A taxa norteia juros de mercado. Esse patamar ainda elevado de juros acaba por encarecer crédito e dívidas atreladas a juros, pontuou. "O aumento das incertezas no cenário econômico global levou a recente revisão quanto ao ritmo de flexibilização da política monetária", lembrou.

Bentes ponderou que, com o cenário atual, possíveis cortes na Selic possam ser efetuados em menor ritmo e em menor intensidade do que o esperado no começo do ano. "A percepção dominante atualmente é que até o fim do ano os juros caíam menos que o esperado anteriormente. Se confirmado esse cenário, os níveis de endividamento tendem a se manter em patamares elevados por mais tempo."

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Indústria acende sinal de alerta

Marcelo Osakabe e Lucianne Carneiro

Após acumular alta de 3% nos dois primeiros meses do ano, a produção industrial brasileira teve avanço fraco em março. O resultado foi suficiente para o setor registrar o melhor desempenho um trimestre desde 2023, mas economistas acreditam que o ritmo de crescimento deve moderar a partir de agora, na esteira de questões como a queda menor do que se esperava dos juros e os efeitos do conflito no Oriente Médio sobre as cadeias de suprimento globais.

A produção da indústria brasileira cresceu 0,1% em março ante fevereiro, segundo o IBGE. O resultado veio acima da mediana de 22 projeções coletadas pelo Valor Data, que estava em -0,1%. Na comparação com março do ano passado, a produção subiu 4,3%, também acima do ponto médio de 3,7% dos analistas. Na comparação trimestral, houve alta de 1,4%, a mais alta desde o quarto trimestre de 2023 (1,8%).

Todas as quatro grandes categorias pesquisadas pelo IBGE tiveram variação positiva, com destaque para bens duráveis (1,7%). Bens intermediários - que representam 55% da indústria brasileira - avançaram 0,5% na passagem entre fevereiro e março. Bens de capital apresentaram alta de 0,6% e bens semi e não duráveis subiram 0,4%.

Entre setores pesquisados, por outro lado, apenas 8 dos 25 pesquisados tiveram alta no mês, com destaque para a produção derivados de petróleo e biocombustíveis (2,2%), de produtos químicos (4%) e de veículos (1,1%).

"A indústria extrativa, principalmente a de petróleo e gás, segue avançando após um bom 2025. Já a indústria química, em especial o refino, se beneficia pelo fato de que a produção nacional acaba ganhando competitividade com a defasagem dos preços internacionais de combustível", explica o economista da 4intelligence Rodrigo Nishida.

Sobre o setor automotivo, ele nota que o desempenho parece puxado por veículos leves, ainda que a fabricação de pesados também tenha crescido. "Há uma questão de oferta e de disputa entre marcas, que tem levado a promoções atraentes. Programas do governo que incentivam a troca de veículo ajudam, bem como o crédito automotivo, que tem crescido na contramão de outras modalidades."

Na outra ponta, a principal contribuição negativa veio

da produção de bebidas, com queda de 2,9%, após alta acumulada de 8,5% em três meses consecutivos, e de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-3,9%), ampliando o recuo de fevereiro (2,3%).

Nishida, no entanto, minimiza os recuos de diversos desses ramos, creditando mais a uma questão de alta base de comparação - o forte crescimento nos primeiros dois meses do ano - do que a sinais de fraqueza.

"Falando do trimestre como um todo, o contexto macro ainda é de economia aquecida e mercado de trabalho resiliente. Quem sofreu mais foi o setor de máquinas e equipamentos, por causa do crédito caro e também um menor apetite do setor agrícola."

Ainda assim, a variação praticamente nula de março liga um sinal de alerta para a indústria, segundo o gerente do IBGE responsável pela pesquisa, André Macedo

"Chama atenção o fato de ter sido concentrado, com somente oito atividades em crescimento. Embora permaneça no campo positivo, há diminuição da intensidade da indústria e o aumento está concentrado em poucas atividades."

Macedo ponderou, no entanto, que a guerra no Irã ainda não impactou os resultados da indústria brasileira, apesar sinais como a alta de 2,37% do Índice de Preços ao Produtor (IPP) em março. Somente a indústrias extrativas subiram 18,65% naquele mês. Em sua avaliação, as explicações estão mais relacionadas à conjuntura local.

Para Stéfano Pacini, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), a indústria conviveu até março com um panorama mais positivo. Saindo de um resultado negativo no fim do ano, o setor convivia com câmbio apreciado - que ajuda na compra de insumos -, crescimento econômico ainda positivo e mercado de trabalho firme, bem como maior capilaridade da Nova Indústria Brasil (NIB).

"Existe uma sazonalidade positiva no primeiro trimestre, que é a normalização da produção após o período de férias coletivas que muitas indústrias fazem no fim do ano", explica.

A partir de abril, no entanto, o economista acredita que os efeitos da guerra ficarão mais visíveis. "A

Sondagem da Indústria já mostra preocupação não apenas com a alta do preço dos fretes, mas também com a dificuldade em assegurar insumos. O conflito mexe não somente com a produção de petróleo, mas com a capacidade de escoamento de vários bens intermediários, como processadores e outros componentes eletrônicos."

Nos cálculos da Buysidebrazil, o carregamento estatístico - o resultado esperado caso o setor fique estável adiante - é de 0,3% para o segundo trimestre e de 0,5% para o ano. Para abril, a projeção preliminar é de avanço de 0,7% da produção industrial.

"Os atuais dados não reduzem nossa projeção de estagnação da indústria no primeiro semestre, ainda sob efeito de forte restrição da política monetária, mas demonstram a recuperação do primeiro trimestre e nossa projeção é de um **PIB** mais forte neste começo de 2026", afirma a consultoria.

De forma semelhante, o C6 espera moderação da indústria adiante. "A tendência é que o setor como um todo tenha resultados mais modestos ao longo dos próximos meses, em função da provável piora da indústria de transformação. A extrativa, beneficiada em 2025 pela forte produção de petróleo, também deve registrar alguma acomodação. Projetamos que a indústria brasileira termine 2026 com uma queda de cerca de 1%."

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Pesquisa mostra maior ímpeto de compras para Dia das Mães em 13 anos

Vinicius Lucena De São Paulo

O ímpeto de compras dos consumidores para o Dia das Mães atingiu o maior nível em 13 anos, segundo aponta o indicador feito pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). O levantamento mede a previsão de gastos, expectativas com o valor médio dos presentes e o tipo de presente a ser escolhido.

Em 2026, o indicador atingiu 85,7 pontos, 1,4 ponto mais que em 2025. Além de ser a quinta alta consecutiva, é o maior nível desde 2013, quando o indicador registrou 88,5 pontos. A pesquisadora do FGV Ibre Anna Carolina Gouveia explica que o índice mede a proporção dos que pretendem gastar mais que no ano anterior menos a parcela dos que tencionam gastar menos.

Se o indicador está acima de 100 pontos, há a "faixa de otimismo", quando há mais consumidores prevendo gastar mais do que os que pretendem gastar menos. Desde sua criação, o maior nível alcançado pelo indicador foi de 94,8 pontos, em 2010.

"Em cinco anos a gente tem tido uma melhora. Então, o indicador deste ano aponta que o consumo e a intenção de compra existem, mas isso não reflete um otimismo com relação a compra de presentes. Um resultado abaixo de 100 pontos a gente diz que está na faixa pessimista. Só que esse número vem crescendo, então vemos uma redução desse pessimismo", afirma a economista.

Segundo o levantamento, o resultado é motivado pela combinação da redução da parcela dos consumidores que pretendem gastar menos, com queda de 2,1 pontos percentuais (p.p.), para 24,3%, e de aumento da parcela dos consumidores que pretendem gastar a mesma coisa, com alta de 2,7 pontos percentuais, para 65,6%. A parcela dos que pretendem aumentar os gastos com presentes no Dia das Mães segue como minoria e apresentou um leve recuo, de 0,6 p.p., para 10,1%.

Para a economista, o resultado reflete a manutenção do nível de emprego e da renda e do controle da **inflação**, que permitem algum espaço no orçamento para compras na data comemorativa - a segunda mais movimentada para o varejo.

A análise por faixa de renda mostra que a alta do ímpeto para gastos relacionados ao Dia das Mães foi observada em duas das quatro faixas de renda familiar analisadas, a mais alta (acima de R\$ 9,6 mil mensais) e a mais baixa (até R\$ 2,1 mil mensais). Nesta faixa, registrou-se um forte aumento do indicador de ímpeto de compras, que avançou 10,7 pontos, para 86,3 pontos, o maior nível já registrado para as famílias de baixa renda. No caso das famílias com a renda mais elevada, porém, o ritmo de alta foi mais moderado, com elevação de 4 pontos.

"A melhora na faixa de renda mais baixa pode ser associada a um orçamento um pouco melhor no início deste ano, com o controle da **inflação**, manutenção do emprego e até a questão da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil podem ter ajudado a sobrar um pouco mais dinheiro no orçamento", diz a pesquisadora do FGV Ibre. O valor médio do presente pretendido passou para R\$ 75,0 em 2026, contra R\$ 76,1 no mesmo período do ano passado, o que sugere estabilidade no valor gasto, segundo o estudo.

Já entre os consumidores que pretendem comprar presentes e já decidiram o que adquirir, os itens Vestuário e Outros (livros, gastronomia, lazer, dinheiro) mantiveram a liderança nas preferências de compras para essa ocasião, com 36,5% e 28,7% das respostas dos consumidores. Perfumaria e cosméticos ocupam a terceira colocação, com 20,6%.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

PIB da soja e do biodiesel cresceu 11%

O Produto Interno Bruto (**PIB**) da cadeia de soja e do biodiesel cresceu 11,72% em 2025, segundo dados divulgados na quinta-feira (7) pelo Centro de Estudos em Economia Aplicada (Cepea) e pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove).

O avanço do último ano foi puxado pela expansão da área de soja, que possibilitou maior demanda por insumos, disse Nicole Rennó, pesquisadora do Cepea, em entrevista coletiva.

Para 2026, a estimativa é de um crescimento mais modesto, entre 3,5% e 5,5%, segundo ela. "Apesar das incertezas, aumento dos custos para a próxima safra [2026/27] e possível impacto de área de soja, é quase certo que teremos um novo crescimento do **PIB** em 2026. Não nos patamares que tivemos em 2025, porque estamos vindo de um ano de recuperação, mas a uma taxa menor, porém positiva".

De acordo com Rennó, já é possível vislumbrar um resultado favorável em função da expectativa com a safra recorde de soja na safra 2025/26, que deve ficar próxima de 180 milhões de toneladas.

No ano passado, o destaque dentro da cadeia de produção foi para o segmento soja, que cresceu 23,4%. O segmento de biodiesel avançou 8,5%. "A quebra de safra [em 2024] gerou essa variação expressiva para 2025, então boa parte dessa alta significa recuperação", afirmou a pesquisadora.

No caso do biodiesel, o **PIB** avançou devido à implementação da mistura de 15% ao diesel no ano passado, observou Daniel Furlan Amaral, diretor de assuntos regulatórios da Abiove.

Segundo o levantamento, em 2025, o **PIB** do setor de insumos cresceu 2,7%, o da agroindústria avançou 5,2%, enquanto o dos agrosserviços subiu 9,4%.

Mesmo com incremento de 11,7% no **PIB** da cadeia de soja e biodiesel em 2025, o **PIB-renda** do segmento caiu 0,55% na comparação o ano anterior, para R\$ 691,9 bilhões, devido a um cenário de preços desfavoráveis, segundo o levantamento do Cepea/Abiove.

"Mesmo com desempenho positivo no **PIB**, a renda caiu devido ao recuo dos valores relativos nos segmentos do farelo, soja e rações, que compensaram o aumento registrado nos preços do óleo de soja e biodiesel", disse Nicole Rennó. Esse foi o quarto ano

consecutivo de queda no **PIB-renda** da cadeia da soja e biodiesel.

Ela destacou que, no caso específico da soja, observou-se um gasto maior com insumos e defensivos, o que impactou o desempenho em 2025. Para 2026, o resultado do **PIB-renda** é incerto, disse, pois será preciso acompanhar o comportamento de preços da cadeia até o fim do ano. "Não me parece que teremos valorização expressiva [da soja]. Temos uma oferta global confortável, mesmo com uma boa demanda", estimou.

Em relação às expectativas para este ano, a pesquisadora disse que, a despeito do cenário de incertezas para a safra 2026/27, o Brasil pode aproveitar um cenário de demanda maior por biodiesel que afetaria positivamente o **PIB** da cadeia de soja.

Na avaliação de Amaral, o complexo soja deve desempenhar papel importante na economia. "A redução nos preços do farelo gerou competitividade ao segmento de produção de carnes. Soma-se a isso os efeitos interessantes da cadeia, como a garantia da oferta de combustível nesse momento de tensão geopolítica", destacou.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Juros globais avançam e bolsas recuam com dúvidas sobre guerra

Luana Reis, Gabriel Caldeira, Artur Scaff, Cristiana Euclides e Maria Fernanda Salinet

O forte movimento de adesão a risco visto nos mercados nesta semana foi revertido no pregão de ontem, na medida em que investidores se mostraram mais cautelosos em relação às chances de um acordo de paz entre EUA e Irã. Os juros futuros tiveram forte alta no Brasil, assim como os rendimentos dos Treasuries nos EUA. Os preços do petróleo encerraram a sessão regular em leve queda, longe das mínimas da sessão, mas voltaram a subir no pregão eletrônico. As bolsas fecharam em queda em Nova York, assim como o Ibovespa.

MICHAEL NAGLE/BLOOMBERG

Kashkari, do Fed: próximo movimento do BC dos EUA pode ser alta de juros

No fim do dia, o petróleo tipo Brent, referência mundial, com vencimento em julho caía 1,19%, cotado a US\$ 100,06 por barril na Intercontinental Exchange (ICE). O WTI (referência americana) com entrega para junho recuava 0,28%, a US\$ 94,81 por barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex).

Nesta semana, o site de notícias Axios informou que EUA e Irã estariam próximos de chegar a um acordo para acabar com a guerra, o que levou a um forte movimento de busca por ativos de risco e derrubou os preços do petróleo na quarta-feira. As autoridades iranianas analisam uma proposta de paz enviada pelos americanos e, de acordo com a agência de notícias Bloomberg, devem dar uma resposta nos próximos dias.

"A alta de quarta-feira foi um lembrete de como uma resolução do conflito, ou mesmo a expectativa dela, pode rapidamente impulsionar os mercados. Ainda assim, alguma cautela segue sendo necessária", comentam os estrategistas do UBS GWM em nota.

Os preços do petróleo abriram ontem em queda firme, estendendo as perdas da véspera, mas diminuíram a desvalorização ao longo do dia, com certa cautela dos investidores após o portavoz do Ministério das Relações Exteriores do Irã, Esmail Baghaei, dizer à mídia estatal que as autoridades ainda estão avaliando a proposta dos EUA e "não chegaram a uma

conclusão".

Após o fechamento, os contratos futuros do petróleo passaram a subir no pregão eletrônico. O movimento foi intensificado em meio à notícia da agência estatal iraniana de que

os EUA teriam atacado um navio petroleiro no Estreito de Ormuz e o Irã teria retaliado com mísseis, representando uma quebra do atual cessar-fogo.

O presidente da distrital do Federal Reserve (Fed) de Minneapolis, Neel Kashkari, disse que, caso o Estreito de Ormuz permaneça fechado, o próximo movimento do banco central americano pode ser uma alta de juros. Kashari também disse que a **inflação** americana está "alta demais".

Na mesma linha, outros dirigentes do Fed que também discursaram ao longo do dia expressaram uma visão mais "hawkish" (propensa a juros mais altos). Beth Hammack, presidente do Fed de Cleveland, disse que vê juros estáveis "por um bom tempo", e Susan Collins, presidente do Fed de Boston, disse "apoiar fortemente" a decisão de manter a política monetária inalterada no momento.

Os rendimentos dos Treasuries começaram a sessão em queda, estendendo o movimento da véspera, mas ganharam força ao longo do pregão. No fim do dia, as taxas dos papéis de dois anos subiam para 3,913%, de 3,870% no fechamento anterior, e as das T-notes de dez anos avançavam para 4,385%, ante 4,351% na última sessão. Na ponta longa da curva, os rendimentos das T-bonds de 30 anos chegaram a 4,971%, de 4,938%.

A incerteza dos investidores com a possibilidade de acordo entre os EUA e o Irã também afetou o mercado de renda fixa doméstico. A taxa do contrato de DI para janeiro de 2028 subiu de 13,595% a 13,71%, enquanto a do DI de janeiro de 2031 saltou de 13,585% para 13,725%.

Para Andre Trierveiler, gestor de fundos da Sicredi Asset, apesar dos efeitos da guerra no Oriente Médio, o Banco Central (BC) vem demonstrando que ainda está confortável em seguir com cortes de juros. "A possibilidade de aceleração ainda existe, a depender de uma melhora no conflito. Acreditamos que, nesses

patamares que apontam 14% como ponto final de cortes na Selic, ainda há algum prêmio nos juros", avalia.

No mercado de ações, o Ibovespa terminou o dia em queda de 2,38%, aos 183.218 pontos, com o peso da queda das ações da Petrobras, em razão dos preços do petróleo, e a decepção com a nova rodada da temporada de balanços de empresas.

As bolsas de Nova York fecharam em queda, com o S P 500 e o Nasdaq recuando das novas máximas históricas alcançadas na véspera. O Dow Jones recuou 0,63%, aos 49.596,97 pontos; o S P 500 caiu 0,38%, aos 7.337,11 pontos; e o Nasdaq cedeu 0,13%, aos 25.806,196 pontos.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Governo lança crédito para MEIs de baixa renda no turismo

A iniciativa começa pela região Nordeste e oferece até R\$ 21 mil por empreendedor

O presidente em exercício, Geraldo Alckmin, anunciou nessa quinta-feira (7) uma nova linha de crédito de até R\$ 100 milhões para MEIs (micro-empresendedores individuais) de baixa renda do setor de turismo.

A iniciativa começa pela região Nordeste e oferece até R\$ 21 mil por empreendedor. Os recursos vêm do Fungetur (Fundo Geral do Turismo) e terão taxa de juros de 9% ao ano, com garantia do governo.

Alckmin destacou a importância do setor para a economia do país. "Esse é um setor campeão de geração de emprego, distribuição de renda e que tem espaço para todo mundo. Trata-se de uma atividade estratégica", afirmou o presidente em exercício.

O Palácio do Planalto avalia que a medida reduz a dependência de programas sociais. Em nota, o governo disse que a oferta de crédito transforma iniciativas de subsistência em negócios e amplia a autonomia econômica das famílias.

O anúncio ocorreu durante a abertura do 10o Salão do Turismo, em Fortaleza. O ministro do Turismo, Gustavo Feliciano, ressaltou o foco nos trabalhadores invisíveis para o sistema financeiro. "É o vendedor de cachorro-que-

te, o guia local, a dona de casa que vende bolo que, a partir de agora, terá uma linha de crédito especial para complementar a renda", disse Gustavo Feliciano.

A linha de crédito atende trabalhadores da cadeia do turismo, como guias, motoristas e vendedores ambulantes. O público-alvo são os MEIs inscritos no CadÚni-co (Cadastro Único), porta de entrada para os benefícios sociais do governo.

Os interessados também precisam estar registrados no CadÚni-co. O sistema oficial do Ministério do Turismo formaliza as pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor.

O processo de aprovação inclui uma entrevista com um agente financeiro. O microempresenedor deve informar o interesse pelo canal virtual do BNB (Banco do Nordeste do Brasil) e, em seguida, detalhar a rotina

do negócio e a finalidade do crédito.

O empréstimo tem proteção integral do FGO (Fundo de Garantia de Operações). A medida faz parte do programa Acredita no Primeiro Passo, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social.

O governo também lançou um guia para melhorar o atendimento a turistas neurodivergentes. O documento sugere medidas práticas para eventos, hotéis e aeroportos,

como a criação de salas sensoriais para oferecer mais conforto.

A nova linha poderá beneficiar trabalhadores como guias de turismo, artesãos, vendedores ambulantes, motoristas, empresenedores da alimentação e profissionais ligados ao receptivo turístico.

"Os pequenos negócios são a maioria no setor, cerca de 97% das empresas do turismo. Aqui, no Salão do Turismo, os pequenos negócios mostram a diversidade cultural autêntica do país. O Sebrae desempenha um papel estratégico no desenvolvimento do turismo e tem uma contribuição

decisiva nos resultados do turismo no Brasil, que ano passado alcançou o recorde de 9,3 milhões de turistas estrangeiros", afirmou o presidente do Sebrae, Rodrigo Soares.

Pesquisa nacional apoiada pelo Sebrae aponta que o Brasil possui cerca de 300 mil empresas ligadas ao segmento, sendo 73% micro-empresas e quase 23% empresas de pequeno porte. O levantamento estima que o segmento movimentará aproximadamente R\$ 1,1 trilhão por ano, equivalente a 4,6% do PIB brasileiro, além de gerar quase 13 milhões de empregos diretos e indiretos.